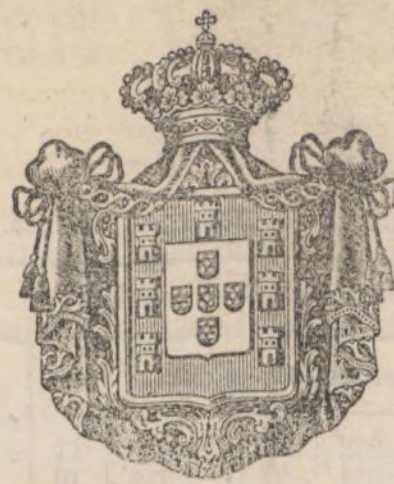


ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10\$000
Por seis mezes.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	5040
Anuncios, por linha.....	5090

A correspondencia official da capital do-
ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, aonde igua-
lmente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$600
Communicados e correspondencias, por linha.....	5060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou co-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dará destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª REPARTIÇÃO

Pela direcção geral de instrução publica n.º este
ministerio se annuncia, em conformidade do artigo
41.º do decreto de 31 de janeiro proximo passado,
e portaria de 6 do corrente, que no prazo de 60 dias
a contar, no continente do reino, do dia 20 do cor-
rente, e, fóra do reino, a contar do dia 1.º do pro-
ximo mez de abril, todos os auctores, editores, ou
proprietarios de obras impressas, ou manuscritas,
aprovadas pelo extincto conselho superior de in-
strução publica, ou que, não tendo esta approva-
ção, os mesmos auctores, editores ou proprietarios per-
tenderem obter-na, nos termos d'aquelle decreto, pa-
ra serem incorporadas na lista geral das obras ado-
ptadas, ou approvadas para o ensino publico nas
escolas de instrução primaria, secundaria, e espe-
cial, deverão enviar a esta direcção geral um exem-
plar das ditas obras, para se proceder pelo consel-
heiro Antonio Dias de Oliveira.

O ministro e secretario d'estado dos negocios
eclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e
faça executar. Paço, em 28 de fevereiro de 1860.
—REI.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mar-
tens.*

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 9
de março de 1860.—O conselheiro director geral,
José Maria de Abreu.

3.ª REPARTIÇÃO

Pela direcção geral de instrução publica no mi-
nisterio do reino se dão de prover, precedendo con-
curso de 60 dias, que principiará em 14 do corrente
mez, perante os respectivos commissarios dos estudos,
as cadeiras de instrução primaria para o sexo
feminino das villas de Almada, no districto de Lis-
boa; Crato, no de Portalegre; e Arcos do Val de
Vez, no de Vianna do Castello; cada uma com o
ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo the-
souro publico, e 20\$000 réis pela camara muni-
cipal a que pertence; tendo além d'isso a de Almada
casa e utensilios a que tambem se obrigou a camara
respectiva.

As que pertenderem ser providas nas ditas cadei-
ras se habilitarão com certidão de idade de 30 an-
nos completos; attestados de bom comportamento
moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela
camara municipal e pelo administrador do conce-
lho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos
tres annos; certidão de folha corrida; e documento
por onde proveem que não padecem molestia conta-
giosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde
o prazo acima marcado lhes será assignado dia e
hora para os exames, na forma do regulamento re-
spectivo, e do programma já publicado.

Direcção geral de instrução publica, 9 de março
de 1860.—O conselheiro director geral, *José Ma-
ria de Abreu.*

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta
de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver
requerido por este ministerio Rita Tavares, na qua-
lidade de unica e universal herdeira de seu irmão,
Antonio Tavares, o pagamento do que a este se fi-
cra devendo como soldado, que foi, da guarda mu-
nicipal de Lisboa.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª REPARTIÇÃO

Tendo subido à minha real presença a informa-
ção e parecer do reverendo bispo da Guarda, com
os autos do concurso a que mandei proceder para o
provinimento da igreja parochial de S. Pedro de
Celorico; e attendendo a que o presbytero Lazaro
Mendes e Silva Coelho, parcho collado na igreja
de Nossa Senhora dos Prazeres da Velloso, no bis-
pado da Guarda, um dos oppositores que compare-
ceu no dito concurso, além de satisfazer cabalmente
a todas as solemnidades devidas, se torna, segundo
o parecer do mesmo reverendo prelado, digno de
contemplação pela regularidade de sua vida e cos-
tumes, e pelo modo louvavel com que tem exerce-
do o ministerio parochial em diferentes igrejas, e
actualmente o exerce na referida igreja em que é
collado: hei por bem fazer mercê ao dito presby-
tero Lazaro Mendes e Silva Coelho, de o apresen-
tar na sobredita igreja parochial de S. Pedro de
Celorico, no bispado da Guarda, a qual se acha
vaga por obito do seu ultimo parcho collado, o
presbytero Francisco Clemente Ribeiro.

O ministro e secretario d'estado dos negocios
eclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e
faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fe-
vereiro de 1860.—REI.—*João Baptista da Silva
Ferrão de Carvalho Martens.*

Foram tambem apresentados, precedendo con-
curso, os seguintes presbyteros nas igrejas abaixo
declaradas:

Francisco Xavier Annes Morgado, na igreja de S.
Pedro de S. Martinho de Aveigreja, no bispado
de Bragança.

José Antonio Dias da Silva, na igreja de Nossa Se-
nhora da Assumpção de Senhorim, no bispado
de Vizeu.

João Nunes da Fonte (parcho collado da freguezia de Santa Ma-
gdalena de Rebordainhos, no bis-
pado de Bragança).....

Antonio Manuel Alves (parcho collado da freguezia de S. Fructoso
de Pombares, no mesmo bispado)

Joaquim Maria Pereira Botto, fazendo-lhe mercê da

Concedendo-lhes
a regia permis-
são para per-
mutarem entre
si os respectivos
benefícios.

serventia vitalicia da thesouraria da igreja paro-
chial de S. João Baptista da Villa de Alhandra,
no patriarchado.

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe foi
presente, ha por bem resolver que se abra novo
concurso para o provimento da igreja parochial de
S. Martinho de Manhente, no concelho de Barcel-
los, arcebisado primaz de Braga; observando-se,
quanto aos actos do concurso, o que se acha deter-
minado na portaria circular de 30 de agosto de
1847 (*Diario* n.º 205); e pelo que respeita ao prazo
do mesmo, o que se dispoz na portaria do 1.º de
fevereiro de 1849 (*Diario* n.º 32). O que o mesmo
augusto senhor manda assim participar ao reveren-
do arcebispo primaz de Braga, para sua intelligencia
e mais effeitos.

Paço das Necessidades, em 3 de março de 1860.
—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mar-
tens.*

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª REPARTIÇÃO

Attendendo ao merecimento e mais partes, que
concorrem no conselheiro Bento Cardoso de Gou-
veia Pereira Corte Real, juiz da relação do Porto:
hei por bem nomea-lo para o logar de presidente
da dita relação, vago pela exoneração do consel-
heiro Antonio Dias de Oliveira.

O ministro e secretario d'estado dos negocios
eclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e
faça executar. Paço, em 28 de fevereiro de 1860.
—REI.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carva-
lho Martens.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 7

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 5 de março de 1860

ORDEM DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:
Por decreto de 9 do mez proximo passado:

1.º batalhão de veteranos

Reformado na conformidade da lei, pelo ter reque-
rido, e haver sido julgado incapaz de serviço activo,
pela junta militar de saude, o aspirante da 2.ª
direcção do ministerio da guerra, Frederico José
Loup; ficando addido ao referido batalhão, na con-
formidade do decreto de 10 de dezembro de 1851.

Por decreto de 18 do dito mez:

Commissões activas

Major, o major do regimento de infantaria n.º 10,
João Maria Fradesso da Silveira.

Por decretos de 22 do dito mez:

Disponibilidade

Tenente graduado, o tenente graduado de infant-
teria em inactividade temporaria, Thomás Antonio
da Guarda Cabreira, que se achava n'esta situação
sem vencimento.

Inactividade temporaria

O capitão quartel-mestre do regimento de caval-
laria n.º 7, Antonio Manuel; e o coronel de infant-
teria, tenente rei do forte de Nossa Senhora da
Graça, Antonio Pedro Borja Condestavel, a fim de
esperarem cabimento para reforma; por haverem
sido julgados incapazes de serviço activo pela junta
militar de saude.

Por decreto de 27 do dito mez:

Inactividade temporaria

O capitão do batalhão de caçadores n.º 5, Fernan-
do Luiz Berter, a fim de esperar cabimento para re-
forma; por ter sido julgado incapaz de serviço activo
pela junta militar de saude.

Por decreto de 28 do dito mez:

1.º batalhão de veteranos

Major, e em seguida reformado na conformidade
do alvará de 16 de dezembro de 1790, ficando ad-
dido a este corpo, o major graduado do infantaria
em inactividade temporaria, Agostinho Pedro Ale-
xandrino; por lhe aproveitar o artigo 1.º da carta
de lei de 17 de julho de 1855, assim o haver re-
querido, e ter sido julgado incapaz de serviço activo
pela junta militar de saude.

Reformado na conformidade do dito alvará, fi-
cando addido ao mesmo batalhão, o capitão de cav-
allaria em inactividade temporaria, Francisco José
Urbano de Carvalho; pelo ter requerido, e haver
sido julgado incapaz de serviço activo pela junta
militar de saude.

Major graduado, e em seguida reformado na con-
formidade do citado alvará, ficando addido ao mes-
mo corpo, o capitão de cavallaria em inactividade
temporaria, D. Pedro Carlos Tenorio Moscozo, sendo
considerado capitão de 19 de abril de 1847, e ma-
jor graduado de 29 de abril de 1851, sem ser por
effeito de preterição; por lhe aproveitar o artigo 2.º
da carta de lei de 17 de julho de 1855, assim o
haver requerido, e ter sido julgado incapaz de ser-
viço activo pela junta militar de saude.

2.º batalhão de veteranos

Reformado na conformidade do alvará de 16 de
dezembro de 1790, ficando addido a este batalhão,
o tenente coronel de infantaria em inactividade tem-
poraria, João Possidonio Correia de Freitas, sendo
considerado capitão de 19 de abril de 1847, e ma-
jor graduado de 29 de abril de 1851, por lhe apro-
veitar o artigo 2.º da carta de lei de 17 de julho
de 1855, assim o haver requerido, e ter sido jul-
gado incapaz de serviço activo pela junta militar
de saude.

Major, e em seguida reformado na conformidade
do dito alvará, ficando addido a este corpo, o ma-
jor graduado de infantaria em inactividade tempo-
raria, Francisco Claudio Xavier; por lhe apro-
veitar o artigo 1.º da referida carta de lei, assim o ha-
ver requerido, e ter sido julgado incapaz de ser-
viço activo pela junta militar de saude.

3.º batalhão de veteranos

Reformados na conformidade do alvará de 16 de
dezembro de 1790, ficando addidos a este batalhão,
o major de cavallaria em inactividade temporaria,
Antonio José do Macedo e Vasconcellos, e o alfe-
res de infantaria na mesma situação, Joaquim José
Pereira de Castro; por assim o haverem requerido,
e terem sido julgados incapazes de serviço activo
pela junta militar de saude.

Capitão, e em seguida reformado na conformi-
dade do citado alvará, ficando addido ao sobredito
batalhão, o capitão graduado de cavallaria em in-
actividade temporaria, Antonio de Abreu Pereira;

por lhe aproveitar o artigo 1.º da carta de lei de
17 de julho de 1855, assim o haver requerido, e
ter sido julgado incapaz de serviço activo pela
junta militar de saude.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Batalhão de caçadores n.º 4

Capitão da 3.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 6, José Francisco de Lima.

Batalhão de caçadores n.º 2

Capitão da 8.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 1, Joaquim Arnaldo Pinto da Costa
Rebello; continuando na commissão em que se acha.

Batalhão de caçadores n.º 5

Capitão da 2.ª companhia, o capitão do regimento
de infantaria n.º 13, João Antonio Affonso Vianna.

por lhe aproveitar o artigo 1.º da carta de lei de
17 de julho de 1855, assim o haver requerido, e
ter sido julgado incapaz de serviço activo pela
junta militar de saude.

Por decretos de 29 do dito mez:

Regimento de cavallaria n.º 5

Tenente picador, o alfeires picador, Guilherme
Augusto Franco; por se achar nas circunstancias
de lhe aproveitar o disposto no artigo 1.º da carta
de lei de 11 de junho de 1855.

Regimento de cavallaria n.º 6

Cirurgião ajudante, o medico-cirurgião, pela es-
cola medico-cirurgica do Porto, Ozimiro Augusto
da Costa.

Commissões activas

Alfeires, o alfeires do batalhão de caçadores n.º 2,
José Ferreira Vaz Mourão; por ter sido nomeado
para uma commissão de serviço do ministerio do
reino.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Batalhão de caçadores n.º 4

Capitão da 3.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 6, José Francisco de Lima.

Batalhão de caçadores n.º 2

Capitão da 8.ª companhia, o capitão do batalhão
de caçadores n.º 1, Joaquim Arnaldo Pinto da Costa
Rebello; continuando na commissão em que se acha.

Batalhão de caçadores n.º 5

Capitão da 2.ª companhia, o capitão do regimento
de infantaria n.º 13, João Antonio Affonso Vianna.

Batalhão de caçadores n.º 7

Alfeires, o alfeires do batalhão de caçadores n.º 3,
Francisco Antonio Pinto da Motta.

Regimento de infantaria n.º 1

Alfeires, o alfeires do regimento de infantaria n.º 2,
José Maria dos Reis.

Regimento de infantaria n.º 40

Major, o major do batalhão de caçadores n.º 7,
Antonio Carlos Fialho de Mendonça.

Regimento de infantaria n.º 43

Cirurgião-mór, o cirurgião-mór do regimento de
infantaria n.º 18, Francisco Antonio Ferreira.

Regimento de infantaria n.º 46

Capitão da 5.ª companhia, o capitão da compa-
nhia de deposito, Francisco Custodio Freire.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da

5.ª companhia, Antonio Barreto Arnau.

Regimento de infantaria n.º 48

Cirurgião-mór, o cirurgião-mór do regimento de
infantaria n.º 13, Germano José Guedes.

Torre de S. Vicente de Belem

Addido, o marechal de campo reformado, addido
ao 1.º batalhão de veteranos, João Carlos Forman.

Sua Magestade El-Rei determina que sejam man-
dados apresentar á commissão de exame para ma-
jores, nomeada pela ordem do exercito n.º 45 de
1858, a fim de serem examinados, os maiores gra-
duados do batalhão de caçadores n.º 3, Thiago Ri-
cardo de Souto; do batalhão de caçadores n.º 4, Joa-
quim Carlos de Andrade; do batalhão de caçadores
n.º 5, Pedro Francisco Perry da Camara; do regi-
mento de infantaria n.º 1, José Teixeira Rebello,
e Francisco José Monteiro; do regimento de infant-
teria n.º 2, José Freire de Andrade; do regimento
de infantaria n.º 3, Duarte de Mello Sária; do re-
gimento de infantaria n.º 4, Justiniano Maximo de
Moraes; do regimento de infantaria n.º 6, Manuel
José Coelho; do regimento de infantaria n.º 8, João
Luiz Thomás Lacueva, Henrique José Alves, e Bento
José Pereira; do regimento de infantaria n.º 9, Ca-
zimiro Lopes Moreira Freixo, e Bernardo Antonio
de Figueiredo; do regimento de infantaria n.º 10,
Bento Felisberto Pinto de Sousa, e Cazimiro Bar-
reto dos Santos; do regimento de infantaria n.º 14,
Ernesto Maria da Silva; do regimento de infantaria
n.º 17, Marcos Antonio Fernandes; de infantaria,
servindo na guarda municipal de Lisboa, Joaquim
Pedro Lourenço Venade, José Ribeiro, Luiz da Ca-
mara, e José Francisco Gomes; de infantaria, ser-
vindo na guarda municipal do Porto, Manuel José
Vaz; e de infantaria, commandante do corpo tele-
graphico, Jorge Augusto Altavilla.

PORTARIA

Ministerio da guerra—1.ª direcção—3.ª repa-
rtição.—Tendo o alfeires alumno do 1.º regimento
de artilheria, Vicente Luiz Correia de Mesquita Pi-
mentel, alumno da escola do exercito, sido repro-
vado na unica aula em que se matriculou no anno
lectivo de 1858 a 1859; manda Sua Magestade El-
Rei, pela secretaria de estado dos negocios da guer-
ra, que, na conformidade do disposto no artigo 2.º
do decreto de 10 de dezembro de 1851, lhe seja des-
contado no seu tempo de serviço aquelle que decor-
rer desde 2 de outubro de 1858 até 6 de julho de
1859, por ser este o tempo designado no supraci-
tado artigo.

Paço, em 27 de janeiro de 1860.—*Duque da
Terceira.*

Sua Magestade El-Rei manda declarar aspirante
a official, por se achar comprehendido nas disposi-
ções das cartas de lei de 17 de novembro de 1841,
e 5 de abril de 1845, o furriel do regimento de in-
fantaria n.º 1, Gaspar de Faria Machado Schiapa
Roby.—*Duque da Terceira.*

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção,
D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª DIRECÇÃO—1.ª REPARTIÇÃO

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS

DAS SEGUINTES DATAS

1860
Março 6—João Maria de Carvalho, nomeado ci-
rurgião ajudante do batalhão de li-
nha da cidade de Macan.

8—Fortunato Ferreira dos Reis, Manuel
Velloso da Rocha, e Luiz de Almeida
Mello, nomeados respectivamente di-
rectores interinos das alfandegas de
Inhambane, Quilimane, e Lourenço
Marques, na provincia de Moçambi-
que.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do consul geral de Portugal no Rio
de Janeiro, datado de 7 de janeiro ultimo, consta
terem all fallecido desde o dia 6 de dezembro do
anno proximo findo até ao dia 2 do sobredito mez
de janeiro os seguintes subditos portuguezes:

Francisco Domingos Quintas, idade 22 annos.

José da Costa, idade 30 annos, solteiro, filho de
Antonio da Costa e de Feliciano Rosa, natural
de Lisboa, marinheiro.

José Francisco Loureiro, idade 18 annos, solteiro,
filho de José Francisco Loureiro e de Eufemia
Maria Nunes, natural de Vizeu, caixeiro.

José Nunes do Couto, idade 25 annos, solteiro, fi-
lho de José Nunes do Couto e de Catharina de
Jesus, natural da ilha Terceira.

Francisco Xavier Soares, idade 52 annos, natural
de Lisboa.

Antonio de Freitas, idade 22 annos, solteiro, tra-
balhador.

Antonio Joaquim Pinheiro, idade 32 annos, soltei-
ro, natural do Porto, pintor.

Beatriz Faustina, idade 40 annos, viuva, filha de
Thomé Silveira de Quadros e de Isabel Joaqui-
na, natural da ilha de S. Jorge.

José de Resende, idade 25 annos, solteiro, filho de
João de Resende e de Maria da Conceição, natu-
ral da ilha de S. Miguel, cocheiro.

Domingos José Ferreira, idade 42 annos.

Francisco José Vianna, idade 40 annos, solteiro.

Manuel Alves da Silva Paranhos, idade 59 annos,
casado, filho de Domingos Alves e de Maria dos
Santos, natural do Porto.

José Fernandes, idade 43 annos, solteiro, filho de
Augusto Fernandes e de Cecilia Fernandes, natu-
ral do Porto.

Antonio Maria Cardoso, idade 29 annos, solteiro,
filho de Joaquim Cardoso e de Maria da Concei-
ção, natural de Lisboa, marinheiro.

Mariano da Rosa, idade 31 annos, casado, natu-
ral da ilha de S. Miguel.

Manuel Francisco Gonçalves, idade 55 annos, ca-
sado, natural da ilha de S. Miguel, marinheiro.

José da Silva Bravo, idade 47 annos, casado.

Bernardo José Branquinho, idade 21 annos.

José da Arruda, idade 48 annos, viuvo, filho de
Bento da Arruda e de Francisca de Jesus, natu-
ral da ilha de S. Miguel.

Bernardino Lopes, idade 17 annos, solteiro, traba-
lhador.

Bernardino Martins Ferreira, idade 23 annos, sol-
teiro, filho de José Martins Ferreira e de There-
za Maria, natural do Porto, marítimo.

José Antonio Duarte, idade 67 annos, viuvo.

Maria José da Silva, idade 34 annos, solteira, na-
tural da ilha Terceira.

Manuel Joaquim Pereira, idade 29 annos.

João Marques Tenente, idade 48 annos, casado,
filho de João Marques Tenente e de Maria de
Sousa, natural de Valongo, trabalhador.

Manuel Mendes, idade 13 annos, solteiro, filho de
Manuel Ferreira e de Maria Mendes, natural da
ilha Terceira, charuteiro.

Joaquim Claudino, idade 35 annos, solteiro, filho
de Carlos Antonio Pereira e de Maria Claudina,
natural do Porto, carpinteiro.

Antonio Joaquim Gonçalves, idade 64 annos.

Josepha Candida Vasques, idade 50 annos, casado.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 3 de março de 1860.—*Emilio Achilles Monteverde*.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

N.º 42=1.ª secção=Sua Magestade El-Rei determina que, por conveniencia do serviço, seja exonerado o dr. Levy Maria Jordão, auditor da marinha, do cargo de vogal da comissão nomeada por portaria de 14 de janeiro ultimo, para examinar o modo por que se tem cumprido o contrato celebrado com a companhia dos canaes de Azambuja, em 23 de março de 1844, e nomeado para o substituir o engenheiro civil Joaquim Nunes Aguiar; devendo a mencionada comissão dar o seu parecer unicamente em quanto ao cumprimento do contrato na execução das obras; a fim de que, mais tarde, e com os esclarecimentos por esta forma obtidos, possa este negocio ser examinado debaixo do ponto de vista juridico. O que se comunica pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, ao director geral das obras publicas para sua intelligencia e devidos effectos.

Paço, em 7 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel*.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS

Sua Magestade El-Rei a quem foi presente o ante-projecto, datado de 3 de janeiro ultimo, do largo da estrada de Villa Real á Regua compreendido entre a Villa de Santa Martha e a capella do Espirito Santo, no comprimento de 1959,87: ha por bem, conformando-se com o parecer do conselho de obras publicas, approvar o referido ante-projecto e ordenar que o director das obras publicas do districto de Villa Real proceda á confecção do projecto definitivo e competente orçamento, cumprindo-lhe ter em vista que a esta estrada não deverá dar-se a largura de 7 metros por elle proposta, mas sim a de 8 metros, visto ser esta a dimensão que lhe compete pela carta de lei de 22 de julho de 1850.

O que se comunica ao dito funcionario para seu conhecimento e execução.

Paço, em 8 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel*.—Pelo director das obras publicas, do districto de Villa Real.

REPARTIÇÃO DE MINAS

2.ª Secção

Tendo-se publicado com algumas inexactidões, novamente se publica o seguinte

EDITO

Pela repartição de minas da direcção geral das obras publicas e minas, no ministerio respectivo, se annuncia em observancia dos artigos 60.º e 61.º do regulamento á lei de minas, publicado na folha official de 14 de dezembro de 1853, haver requerido Luiz Alexandre de Bache, na qualidade de cessionario de Pedro José Rodrigues Teixeira, e Domingos Dias Sequeira, a concessão provisoria da mina de antimónio sita em Côrtes Pereira, freguezia e concelho de Alcoutim, districto de Faro. Convidam-se todas as pessoas a quem possa prejudicar a concessão pedida, a apresentar as suas reclamações no referido ministerio, dentro do prazo de sessenta dias contados da publicação deste edito. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, vae elle ser transcripto no *Diário de Lisboa*, como dispõe o artigo 60.º do já citado regulamento.

Repartição de minas, em 8 de março de 1860.—*Carlos Ribeiro*.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA REPARTIÇÃO DO COMMERCIO E INDUSTRIA

2.ª Secção

Atendendo ao que me representou Antonio José Gomes, residente em Lisboa, pedindo um privilegio por cinco annos como inventor de um novo systema de montagem de cabriolet de duas e quatro rodas; visto o decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852; e considerando que o requerente satisfaz a todas as suas prescripções: hei por bem conceder ao dito Antonio José Gomes a patente de invenção para o fim acima indicado, e pelo espaço de cinco annos, durante os quaes os seus direitos de propriedade do dito invento ficam sobre a guarda e defeza da lei; sendo a patente concedida sem exame previo, e sem garantia da realidade, prioridade ou merecimento do objecto a que diz respeito; pelo que ficam salvos os direitos de terceiro, e o requerente sujeito ás obrigações e clausulas contidas no supradito decreto, e ao previo pagamento dos direitos que dever, passando-se-lhe diploma pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria.

O ministro e secretario d'estado do mesmo ministerio o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 17 de fevereiro de 1860.—*REI*.—*Antonio de Serpa Pimentel*.

Para conhecimento do publico, e principalmente da classe industrial, se declara que n'esta data se remetteu para o instituto industrial de Lisboa, na conformidade da disposição do artigo 25.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado da descripção e desenhos do privilegio concedido a Antonio José Gomes para um novo systema de montagem de cabriolet de duas e quatro rodas, não só para a necessaria instrução dos industriais, mas tambem para os effectos legais que resultam do já citado decreto que regula a concessão dos privilegios.

Repartição do commercio e industria, 9 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Resumo do activo e passivo do banco de Portugal em 29 de fevereiro de 1860

ACTIVO	
Dinheiro nas caixas e nas agencias—papel 219.665.800	2.284.492.850
Letras descontadas, tomadas, e transferencias de fundos	3.877.150.326
Empréstimos sobre penhoas	2.133.361.914
Empréstimo de 4.000.000.000	2.966.973.515
Empréstimo de 500.000.000 para estradas (contrato de 26 de março de 1855)	262.500.000
Títulos de divida fundada	548.208.325
Ações do banco e companhias	288.672.500
Creditos sobre diversos	679.109.223
Móveis e machinias	6.108.877
Effectos depositados	4.672.931.473
Gastos e varios encargos a passar para ganhos e perdas	4.657.5476
Liquidações	708.288.651
	17.779.605.370
PASSIVO	
Capital	8.000.000.000
Notas do banco de Portugal em circulação	1.771.976.000
Depósitos—papel 233.035.400	2.738.352.681
Credores de effectos depositados	4.672.931.473
Transferencias de fundos	142.217.898
Notas do banco de Lisboa por sellar	14.302.800
Debitos a diversos	292.902.604
Dividendos por pagar	106.646.5475
Varios juros e lucros a passar para ganhos e perdas	40.676.659
	17.779.605.370

Banco de Portugal, em 6 de março de 1860.—Os directores, *J. A. Ferraz, Viana Junior*—*João Ribeiro Franco*. Está conforme.—*Repartição do commercio e industria*, em 7 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Rectificação.—No resumo do activo e passivo do banco commercial do Porto, em 29 de fevereiro do corrente anno, publicado no *Diário de Lisboa* n.º 54, na verba, notas em circulação, em vez de =477.850.000 réis= deve ler-se =487.850.000 réis=.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em fevereiro de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 27....	Entrada, nacionaes	285	14	13	41	235	13	2	11	24	12
	Existencia	1477	1	1306	10	2408	45	1379	12	529	31
28....	Entrada, nacionaes	41	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia	1359	33	1287	10	1856	55	1362	12	478	43
29....	Entrada, nacionaes	38	19	—	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia	1301	41	1258	58	1829	4	1362	12	478	43
Preços.....		720 a 820		340 a 420		420 a 500		400 a 450		—	

Repartição de agricultura, em 3 de março de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares*.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A primeira sessão terá lugar na segunda-feira proxima, 12 do corrente, sendo a ordem do dia a mesma que se achava dada para a sessão do hoje.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 9 de março de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancio*.

SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 897—recurso, Pedro Maria Pinto Guedes—recurso, a camara municipal do concelho de Taboão—relator, o ex.º conselheiro José Augusto Braamcamp.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado, pela secção do contentioso administrativo, no recurso em que se recorre ao marechal de campo Pedro Maria Pinto Guedes, e recorrida a camara de Taboão;

Mostra-se que, havendo a referida camara comprehendido o recorrente em relação aos seus soldos na derrama da contribuição municipal, fora esta deliberação confirmada por accordo do conselho de districto de Vizeu;

Mostra-se que os fundamentos do presente recurso são, não soffrerem as disposições da lei interpretação extensiva em materia de impostos, haver sido offendido o alvará de 21 de outubro de 1763, o qual, considerando os soldos explicita e terminantemente destinados aos quotidianos alimentos dos officiaes e soldados, ordenou que d'elles se não podesse fazer penhora nem no todo, nem ainda em parte, minima que seja, doutrina esta adoptada pela novissima reforma judiciaria no artigo 590.º, § 1.º n.º 2.º, além de não existir precedente algum, que autorise a pretensão da camara;

Mostra-se que a camara e o conselho de districto, em suas respostas, sustentam os respectivos accordos, como sendo o exacto e fiel cumprimento da clara e manifesta disposição da lei no artigo 144.º do codigo administrativo, e de repetidas ordens regias, pelas quaes em conformidade com a citada lei se determina que todos e quaesquer rendimentos estejam sujeitos á contribuição municipal, e não só os ordenados dos empregados publicos, mas ainda os réditos dos estabelecimentos de beneficencia, sem embargo de quaesquer isenções que se acham hoje revogadas;

Mostra-se allegar a camara, alem do exposto, que os artigos 137.º e 138.º do codigo administrativo não fundamentam o recurso como pretende o recorrente, e que se os soldos dos militares devem ser isentos da contribuição municipal, por se não fazer d'elles expressa menção, têm direito pela mesma razão a gozar de igual favor os proventos de todas as outras profissões, sendo entretanto collectados pelo artigo 141.º os salarios dos jornaleros; que não pôde ser adduzido em defeza da reclamação o alvará citado, porque, se a prohibição da penhora nos soldos dos militares importa a isenção das contribuições, não deveriam soffrer as que estão pagando para o estado, e existindo a mesma prohibição a respeito de outros réditos, deveriam estes tambem ser isentos da contribuição municipal; e finalmente que cumpria a lei onerando os soldos do recorrente, por quanto, sendo residente no municipio, deve concorrer para a respectiva contribuição na proporção dos seus haveres;

Mostra-se que o recorrente, contrariando as precedentes allegações, invoca novamente o principio de não poderem os impostos ser lançados senão em virtude de lei expressa que os auctorise, e dever applicar-se o disposto sobre a contribuição municipal com as restricções consignadas no artigo 138.º do codigo administrativo, doutrina esta com a qual se conforma a portaria de 28 de novembro de 1843, declarando estarem sujeitos á contribuição directa os empregados publicos, civis, administrativos e fiscaes, e os ecclesiasticos, sem contudo mencionar os militares; e sustenta que o alvará de 1763 é conclusivo na especie do recurso, isentando os soldos de toda e qualquer sujeição, e está apenas revogado do que respeita á contribuição para o estado, porque a lei assim claramente o determina; e que a questão se reduz a saber, se os soldos das patentes são comprehendidos no referido artigo, o que não é admissivel, não só por falta de disposição explicita, mas tambem porque, sendo os soldos alimentos, não podem ser considerados nem dinheiro de contado, nem nenhuma das especies que o artigo enumera;

O que tudo visto:

Atendendo a que o artigo 144.º do codigo administrativo determina, que nenhum individuo, que seja proprietario ou residente no concelho, é isento das contribuições municipaes na proporção dos seus haveres;

Atendendo a que o artigo 138.º do mesmo codigo, declarando que as referidas contribuições podem ser lançadas em dinheiro de contado e em outras especies, não constitue uma limitação d'aquelle preceito geral;

Atendendo a que as isenções allegadas não produzem no presente recurso;

Atendendo a que da petição a fl. 4 se mostra que o recorrente reside no concelho de Taboão;

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, para que foi ouvido o ministerio publico, denegar provimento no recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 3 de janeiro de 1860.—*REI*.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*.

Está conforme.—*Antonio de Roberto*.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 28 de fevereiro de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4125

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO FERRÃO

Nos autos crimes vindos da relação do Porto—recorrentes, Manuel da Silva Cardoso, e José da Silva Cardoso, seu irmão—recorrido, o ministerio publico, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça: mostrando-se dos autos, que o crime de ferimentos graves, de que n'elles se trata, foi cometido antes da promulgação do codigo penal; e que portanto não pôde estar ser applicado, excepto se modificou a pena anteriormente estabelecida, como foi declarado no artigo 70.º do mesmo codigo; Considerando que, na especie dos autos, e conforme á legislação anterior, com quanto ficasse em

arbitrio do julgador avaliar o merecimento correspondente ao danno causado pelo crime, nunca pôde hoje esse arbitrio ultrapassar os limites da penalidade estabelecida no codigo penal para crimes posteriores em identidade de circunstancias, porque de outro modo ficaria violada a disposição do artigo 70.º;

Considerando que, em materia de facto, os juizes têm restricto dever de se conformar com as respostas dadas pelo jury aos quesitos respectivos, e que ao referido crime o jury declarou achar-se provada a provocação, especialmente qualificada no artigo 370.º do mesmo codigo;

Considerando que, em conformidade com este artigo 370.º, se a pena, sem essa causa de attenuação especial, devia ser temporaria, não podia ser acompanhada o facto da mesma circunstancia, applicada pena maior que a de seis mezes a dois annos;

Considerando que effectivamente em todas as hypothese de ferimentos graves, contemplados no artigo 361.º, mesmo seguidos de morte, não intencional, que o jury não declarou provada, a pena é sempre temporaria;

Considerando que o accordo recorrido, tendo em contemplação as leis criminaes, assim da ordenação como do codigo penal, não se referiu com tudo ao artigo 370.º, resultando d'esta preterição da lei applicavel, agravar a pena imposta na sentença de fl. 1.º, elevando-a a tres annos, com quanto no mesmo accordo pareceu attender-se á desistencia das pessoas offendidas, uma da accusação, e outra da acção por perdas e danos;

Considerando que, nos termos do artigo 80.º, sempre que se dá uma circumstancia attenuante especialmente contemplada, como no caso dos autos, fica ella fóra da applicação das regras gerais, para ser determinante da pena com absoluta independencia de outras circumstancias attenuantes ou agravantes, que devem somente influir para a graduação da mesma pena, depois de assim fixada, dentro dos seus termos de minimo e maximo, que o mesmo codigo, artigo 46.º, prohibe exceder;

Se torna manifesto que no accordo recorrido se fez uma errada applicação do codigo penal, e que d'elle foram violados, alem de outros, os artigos 46.º, 70.º e 370.º;

Portanto annullam o mesmo accordo, concedem a revista, e mandam que os autos sejam remettidos á relação de Lisboa, para que, julgando de novo a causa, dê cumprimento á lei.

Lisboa, 17 de janeiro de 1860.—*Ferrão*—*Aguiar*—*Caldeira*—*Grade*—*Sequeira Pinto*.—Fui presente, Sousa Azevedo.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 6 de março de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco*.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Alfama, no anno economico de 1850 a 1851, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto a receita da camara municipal do concelho de Alfama, no anno economico de 1850 a 1851, não prefazer a quantia de 4.000.000 réis, visto o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo e mais termos d'este processo, não compete ao tribunal o julgamento da conta da gerencia da dita camara no referido anno economico.

Lisboa, 20 de janeiro de 1860.—*Margiochi*, relator.—*Albergaria*—*Dr. Nogueira Soares*—*Larcher*.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 7 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, na qualidade de recebedor da 1.ª secção do bairro de Alfama, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1856.

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo de ajustamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, como recebedor da 1.ª secção do bairro de Alfama, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1856, mostra-se do relatório da 1.ª direcção a fl. 103, da conta corrente fl. 2, e das demonstrações e mais documentos que a acompanham, no período de tempo acima indicado, importa na quantia de 270.520.346 réis, em que se comprehendem réis 125.380.448 réis de saldo que em documentos de cobrança passou por transição das contas, que o mesmo exactor prestou até 30 de junho de 1854 na qualidade de recebedor das tres freguezias de S. Christovão, S. Lourenço, e Santa Engracia, d'esta cidade, segundo os accordos d'este tribunal de 9 de maio, 18 de junho, e 8 de julho de 1859, juntos por copia a fl. 5 e seguintes; e que o credito correspondente é da quantia de 270.521.507 réis de que fazem parte 229.762.592 réis em documentos de cobrança que passaram por balanço para a conta do anno economico de 1856 a 1857, como se vê da demonstração n.º 4 a fl. 100, havendo assim a favor do responsavel o saldo de 1.040 réis metal, em que se debito indevidamente a mais no livro modelo 15-B no mez de julho de 1855. E por quanto o supradito recebedor no requerimento a fl. 104, pedindo ser dispensado da citação do stylo, declarou conformar-se com o ajustamento da conta, havida a resposta fiscal, julgam a Antonio Marques Gonçalves quite para com a fazenda publica pela sua gerencia como recebedor da 1.ª secção do bairro de Alfama no periodo acima indicado, e bem e devidamente ajustada a conta com o saldo de 1.040 réis metal a favor d'elle recebedor, e o de réis 229.762.592 réis em documentos de cobrança, que passaram para sua nova responsabilidade.

Tribunal de contas, 24 de janeiro de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 11 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da comissão administrativa da santa casa da misericórdia de Cintra no anno economico de 1853-1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o orçamento a fl. 3 v., approved em sessão de 13 de fevereiro de 1854, e visto o que dispõem o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com

força de lei de 19 de agosto do anno proximo passado, não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da comissão administrativa da casa da misericórdia da villa de Cintra, no anno economico de 1853-1854, de que se trata n'este processo.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—*Lara*, relator.—*Albergaria*—*Dr. Nogueira Soares*—*Margiochi*.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 5 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento de conta da responsabilidade de Joaquim Eduardo Salgado como recebedor do concelho de Villa Nova de Gaia, desde 8 de fevereiro de 1852 até 30 de junho de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o relatório da 1.ª direcção geral a fl. 108 acerca do ajustamento da conta de Joaquim Eduardo Salgado, na qualidade de recebedor do concelho de Villa Nova de Gaia, desde 3 de fevereiro de 1852 até 30 de junho de 1855; e vista tambem a resposta fiscal a 108 v., e mais documentos que constituem o processo; mostra-se que importa o debito do responsavel em 154.143.505 réis, e o credito em igual quantia, e portanto julgam o mesmo responsavel quite para com a fazenda publica com respeito á conta de que se trata n'este processo.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—*Dr. Nogueira Soares*, relator.—*Margiochi*—*Lara*—*Albergaria*.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 6 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho da Ponta do Sol, no anno economico de 1858 a 1859.

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que sendo o rendimento da camara municipal do concelho da Ponta do Sol, districto do Funchal, no anno economico de 1858 a 1859, de 3.816.524 réis, segundo o orçamento, não compete a este tribunal o julgamento d'esta conta, á vista do que dispõe o § 2.º do artigo 11.º do decreto de 26 de agosto ultimo.

Primeira secção do tribunal de contas, 24 de janeiro de 1860.—*Sampaio*, relator.—*Lobo*—*Paiva Pereira*—*Correia Caldeira*.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 11 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho do Celorico de Basto, no anno economico de 1849 a 1850, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que mostrando-se pelo orçamento geral fl. 15 da receita e despesa da camara municipal do concelho de Celorico de Basto, do anno economico de 1849 a 1850, ser a importancia do rendimento proprio d'aquelle anno inferior ao que exige o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto organico de 19 de agosto de 1859, para determinar a jurisdição d'este tribunal, lhe não compete o julgamento de semelhante conta.

Tribunal de contas, 31 de janeiro de 1860.—*Paiva Pereira*, relator.—*Albergaria*—*Lobo*.—Fui presente, Sinias.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 11 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez*.

EDITAL

O abaixo assignado, em desempenho do disposto no § 2.º do artigo 32.º do decreto de 30 de setembro de 1852, e da portaria do ministerio do reino de 27 de setembro de 1847, notifica aos cidadãos abaixo mencionados as decisões proferidas pela respectiva comissão recenseadora, para serem excluidos do recenseamento, pelos motivos que vão enunciados. Declara mais o abaixo assignado que, não sendo possivel fazer todas as intimações pessoas por falta dos indispensaveis esclarecimentos das residencias de cada um dos mesmos cidadãos, faz as citadas intimações por este meio, autorisado pela dita portaria.

BAIRRO DO ROCIO

Freguezia de Santa Maria Maior

Antonio Cabral, por não pagar decima
João Borges de Miranda, por ser estrangeiro
João Nepomuceno da Costa, por não pagar decima
José Antonio da Fonseca, idem idem
José Gonçalves Vianna, idem idem
José Manuel de Sousa, idem idem
Manuel Fernandes Nogueira, idem idem
Manuel Gomes Vianna, idem idem.

Freguezia da Magdalena

Feliciano Antonio Seguro, por não pagar decima
Lourenço José Correia Braga, por estar comprehendido no artigo 9.º, n.º 3, do decreto de 30 de setembro de 1852
Luiz Antonio Seguro, por não pagar decima
Thomas Raymundo Seguro, idem idem.

Freguezia de S. Julião

Francisco do Casal Ramos, por ser estrangeiro
Gregorio Diniz Collares, por estar comprehendido no artigo 9.º, n.º 3, do decreto de 30 de setembro de 1852
João Diniz Collares, idem idem
José Antonio de Araújo, por não pagar decima
José Rodrigues da Fonseca, idem idem
Manuel da Costa Marques, por estar comprehendido no artigo 9.º, n.º 3, do decreto de 30 de setembro de 1852.

Freguezia de S. Nicolau

Antonio José Gonçalves Bastos, por estar comprehendido no artigo 9.º, n.º 3, do decreto de 30 de setembro de 1852
José Antonio da Costa Novaes, por ser estrangeiro.

Freguezia de Santa Justa

gado, de 11 centímetros de grossura, posto no caes do guindaste do mesmo arsenal.

As pessoas a quem este fornecimento convenha devem apresentar as suas propostas em carta fechada a comissão permanente do referido arsenal até ao dia 16 do corrente, em que pela uma hora da tarde serão publicamente abertas, e preferida a que mais interesse offerecer a fazenda.

Quaesquer esclarecimentos presta-os desde já a sobredita comissão, todos os dias não santificados, das dez horas da manhã até ao meio da tarde.

Comissão permanente do arsenal do exercito,

1.º de março de 1860.—J. M. Ceciliano Rodrigues,

capitão de artilheria, presidente da comissão.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz publico que não se tendo podido realizar a arrematação em hasta publica da machina loco-motile, que havia sido annunciada para o dia 8 d'este mez, resolveu receber propostas em carta fechada até ao dia 15 do corrente, ás onze horas da manhã, para a venda da dita machina, com as mangueiras de esgoto, e o tender, se o preço offerecido convier a veracão.

Camara, 9 de março de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA

As pessoas, a quem convier a arrematação das rações de verde para os cavallos praças da dita guarda, são convidadas a comparecer no quartel geral ao Carmo, no dia 24 do corrente mez, pelas onze horas da dia.

Quartel geral no Carmo, 9 de março de 1860, —José Joaquim da Silva, capitão quartel mestre, secretario do conselho administrativo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 10 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 20 pipas de vinho tinto para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VILLA REAL

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Villa Real, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JOHNES E IMPRESSOS	CARTAS	JOHNES E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VILLA REAL						
De posta interna.....	8074	2441	91	89	1260	7
De Hespânia.....	—	—	57	1	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	19	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	109	1	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	4000	24	129	—	1141	5
Para Hespânia.....	—	—	161	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	70	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	48	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	7074	2465	684	91	2401	12
No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de	6777	2195	755	48	2097	14

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Villa Real, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Villa Real, em 5 de fevereiro de 1860.—O administrador, João Guedes de Carvalho e Menezes.

Conta da gerencia da comissão administrativa do monte pio philharmonico, nomeada por alvará do ex.º sr. governador civil, de 14 de outubro de 1858 até 31 de dezembro de 1859

RECEITA		
FUNDO DISPONIVEL		
Saldo em 18 de outubro de 1858.....	347,8270	
Prestações mensaes.....	1,258,6080	
Cinco por cento, e propinas das funcções.....	777,3970	
Juros de inscripções e transações.....	349,4400	
Cinco por cento das pensões.....	983,1950	
Beneficencias.....	1,314,3915	
Donativos.....	24,6445	
Multas.....	15,5520	
Das receitas dos theatros.....	138,6880	
Produto da venda de exemplares dos estatutos.....	2,6440	
Idem de varios impressos.....	12,8945	
Somma.....	4,333,8260	
RENTAS PROVENIENTES DA ASSOCIAÇÃO MUSICA VINTE E QUATRO DE JUNHO		
Jóias de entrada na associação.....	43,3200	
Multas por faltas commettidas nas orchestras.....	1,7250	
Metade das multas idem.....	42,3230	
Mínimos.....	36,0850	
Sobras remetidas pelo conselho da associação musica.....	5,8900	
Somma a receita disponivel.....	4,457,3590	
FUNDO PERMANENTE		
Em 18 de outubro de 1858.....	4,983,8215	
Resto de uma joia por augmento de quota.....	2,4400	
Por conta do producto do beneficio de 4 de abril de 1859.....	152,4400	
Donativo do centro promotor.....	140,5510	
Total recebido.....	5,278,5526	
Em conhecimentos de receita.....	500,3760	
Idem do thesoureiro.....	22,8020	
Faltas pelo dito.....	18,5580	
Importancia de recibos que se archivaram de socios despedidos.....	56,0880	
Somma total.....	10,333,8356	
DESEPEZA		
Pelo distribuidor de beneficencia.....	651,3760	
Medicamentos.....	242,1510	
Pensões vitalicias e temporarias.....	2,585,2550	
Jóias da caixa filial.....	37,5335	
Encargos ordinarios e despezas extraordinarias.....	819,5220	
Despezas da associação musica a cargo do monte pio.....	56,8820	
Saldo.....	80,5353	
Em dinheiro no cofre.....	41,8297	
Somma.....	4,457,3590	
Das inscripções de 1,000,000 réis.....	2,000,0000	
Seis dias de 100,000 réis.....	600,0000	
Um certificado.....	50,0000	
Uma inscripção de coupon.....	100,0000	
Emprego em transações.....	2,528,5526	
Em conhecimentos de receita.....	529,7880	
Faltas.....	74,5660	
Somma total.....	10,333,8356	
Pensões em divida em 18 de outubro de 1858.....	2,688,5980	
Idem em 31 de dezembro de 1859.....	2,669,5245	
Importancia de fundos que se achavam depositados na caixa filial em 18 de outubro de 1858.....	871,5670	
Idem retirados até 31 de dezembro de 1859.....	358,5570	
Resta.....	513,0100	

Sala das sessões, 31 de dezembro de 1859.—O thesoureiro, João Ciriaco Lence—O escrivão do cofre, Carlos Augusto de Figueiredo Fiorenzola—Os fiscaes, João Avelino de Oliveira, Francisco Cassa.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 9 DE MARÇO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHELOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verificou-se, pela chamada, estarem presentes 75 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Couto Monteiro, de que por doença não pode comparecer ás duas sessões precedentes.—*Intervida.*

2.º Do sr. Nogueira, de que faltou á sessão de hontem por incommodo de saúde.—*Intervida.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da justiça, participando que foram expedidas as conveniências para se poder satisfazer ao requerimento do sr. Lopes Branco, a respeito dos processos criminaes, e dos réus por elles condemnados; dos processos dos inventarios de menores, e dos tutores dos mesmos orphãos.—*Para a secretaria.*

2.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando a nota pedida pelo sr. Azevedo Pinto, da despeza feita pelas direcções das obras publicas nos districtos do Porto e Villa Real, com as obras do rio Douro, nos annos de 1841 a 1852.—*Para a secretaria.*

3.º Uma representação da camara municipal da Povoia do Varzim, pedindo que o spa municipio seja elevado a cabeça de comarca.—*A comissão de estatística.*

4.º De onze possuidores de apolices do emprestimo dos 1,010,000,000 réis, pedindo que sejam convertidas em inscripções.—*A comissão de fazenda.*

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requerio que o governo, pelo ministerio competente, informe esta camara:

Se nos concelhos de Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Faro, Ollhão, Tavira e Villa Real de Santo Antonio, no districto do Faro, se tem lançado durante os tres ultimos annos, decima industrial ás direcções das empresas destinadas a pesca, aos mestres de artes e mais barcos de pesca. E no caso affirmativo que se diga:

1.º A quanto monta o producto do imposto lançado nos contribuintes das referidas categorias, em cada um dos precitados annos.

2.º Se no mencionado prazo de tempo algumas reclamações se fizeram contra o lançamento da dita contribuição, por parte de pessoa comprehendida em qualquer das precitadas categorias, e a decisão final que sobre as mesmas reclamações se haja tomado, se por ventura as houve.—*Bivar.*

2.º Requerio que se peça ao governo mande com urgencia, pelo ministerio competente, a esta camara os seguintes dados estatísticos:

I Mappas de cada uma das direcções de todas as alfandegas dos portos molhados do reino, designando quantos dos seus empregados se occupam da percepção do imposto sobre o pescado, as suas categorias, logares em que desempenham o serviço, e o ordenado que cada um d'esses empregados recebe.

II Um mappa dos empregados que não pertencem nem ao pescado nem ás alfandegas, mas que se occupam de qualquer serviço que diz respeito á arrecadação do mencionado imposto, com declaração das suas categorias, logares onde desempenham o mesmo serviço, os seus respectivos ordenados, e quaes as repartições por onde os vencem.—*Bivar.*

3.º Requerio que o governo mande a esta camara os seguintes dados estatísticos:

Mappas de cada uma das diversas alfandegas do Algarve, com relação a cada um dos annos de 1853 a 1859 inclusive, designando:

I O numero de barcos que despacharam para Gibraltar e portos de Hespânia, se levaram ou não carga; e sendo de productos nacionaes, qual o seu valor.

II Quantos barcos das referidas procedencias deram entrada nos portos do Algarve, e se trouxeram ou não carga.

III O valor dos productos estrangeiros que só se admittem a despacho nas alfandegas de Lisboa e Porto e que deram descarga nas precitadas alfandegas e suas dependencias.—*Bivar.*

4.º Requerio que se peça ao governo, pela secretaria da marinha e ultramar:

I Copia das informações do governador e do bispo de Macan, acerca do recolhimento de Santa Rosa de Lima, e do convento de Santa Clara da mesma cidade, enviadas ao governo em principio de 1856.

II Copia da consulta do conselho ultramarino de 20 de setembro, sobre o assumpto das ditas informações.

III Copia do projecto de regulamento para a reunião das duas instituições de Santa Rosa de Lima e de Santa Clara, e copia do officio do governador que accusa a remessa do dito projecto de regulamento.

IV Consulta do conselho ultramarino, de 1858, sobre a execução do mencionado projecto de regulamento.—*Maia.*

5.º Requerio que pelos ministerios da fazenda e obras publicas, seja enviada á camara uma nota explicativa:

I Da produção da batata em todo o reino.

II Da quantidade exportada nos ultimos dois annos de 1858-1859, e em que mezes do anno se tem verificado esta exportação.

III Qual o preço medio por que se vendeu a que foi exportada.—*A. D. de Azevedo.*

6.º Requerio que se peça ao governo que envie a esta camara, não havendo inconveniente, copia das representações que a camara municipal de Vianna do Castello dirigiu ao mesmo pelos ministerios do reino, fazenda e obras publicas, sobre a restituição do sello na alfandega, feita da estrada d'aquella cidade aos Arcos, e sobre impostos cujo producto deve ser applicado para a illuminação a gaz da mesma cidade.—*C. B. de Castro Ferrer.*

7.º Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, seja enviada a esta camara a seguinte informação:

I Qual o preço (termo medio) pelo qual safu a construção de cada kilometro da estrada real entre Leiria e Pombal?

II O mesmo a respeito das estradas ou lances de estrada já construidos no Algarve, Beira e Trás os Montes.—*F. L. Mousinho de Albuquerque,* deputado por Leiria.

8.º Requerio que se recomende ao sr. ministro do reino, para que o governo, usando da autorização concedida pelo artigo 40.º do decreto de 20 de setembro de 1844, e attendendo a que a villa de Santa Combação, por sua posição topographica, sua população, e sua importancia civil e judicial, é uma das mais importantes povoações entre Coimbra e Vizeu, que distam cerca de quinze leguas, e entre as quaes é quasi central, mande ali collocar uma cadeira de instrução primaria para o sexo feminino, depois de haver mandado proceder ás necessarias averiguações, sobre a conveniencia d'aquella

creação, que é de toda a justiça.—*Luiz Albano de Andrade Moraes,* deputado pelo circulo 81.

9.º Requerio que se officie ao sr. ministro do reino, para que este requirite, com urgencia, pelas repartições competentes, e faça remetter a esta camara, com a maior brevidade, os esclarecimentos seguintes:

I Qual é o plano de estudos actualmente seguido na faculdade de medicina na universidade de Coimbra.

II Qual é a distribuição de suas cadeiras, e por que tempo são frequentadas pelos alumnos.

III Quaes são os compendios adoptados actualmente, e por que tempo se lêem em cada anno.

IV As mesmas informações, em relação ás escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto.—*Luiz Albano de Andrade Moraes,* deputado pelo circulo 81.

São remetidos ao governo.

Tambem se dá expediente pela mesa á seguinte nota de interpellação:

Requeremos que seja prevenido o sr. ministro da marinha e ultramar, de que desejamos interpellar o governo sobre a falta de execução da carta de lei de 6 de julho de 1855, que regula as presidenciaes das camaras municipais na provincia de Cabo Verde.—*João de Sousa Machado—Bernardo Francisco de Abranches—Antonio Maria Barreiros Arrobias.*

Manda-se fazer a comunicação respectiva.

O sr. Placido de Abreu.—manda para a mesa um requerimento pedindo certos esclarecimentos, pelo ministerio das obras publicas.

Pede tambem pela segunda vez que se lhe conceda a palavra, quando esteja presente o sr. ministro do reino, porque o objecto sobre que tem de chamar a sua attenção é importantissimo.

Pediui a s. ex.ª que lhe mandasse certos esclarecimentos em relação a desordens que tiveram logar em Ponte de Lima, de que resultou o prenderem-se alguns cidadãos, e é sobre isto que deseja dirigir algumas considerações a s. ex.ª

O sr. Affonso.—manda para a mesa uma representação assignada por vinte e dois fornecedores de cevada, pedindo que, do mesmo modo que os trigos e os centeios forem admitidos, o seja igualmente a cevada.

O sr. Pitta de Castro.—manda para a mesa uma representação da camara municipal da villa de Caminha, contra a proposta do sr. ministro das obras publicas para a admissão dos cereaes estrangeiros.

O sr. Maia.—o sr. ministro da marinha que não vò presente, fez no seu relatório varias considerações sobre o estado da nossa marinha, e declarou que brevemente teria de apresentar varias medidas para complemento das reformas da repartição a seu cargo, e essas medidas são:

1.ª Reforma da escola naval.

2.ª Lei penal da armada.

3.ª Recrutamento marítimo.

4.ª Creação de alumnos do saude naval.

5.ª Alteração do quadro e vencimentos de saude do ultramar.

6.ª Nova tabella de vencimentos para os officiaes da armada.

Não se fará cargo das tres primeiras; tratará somente das ultimas, porque essas prendem immediatamente a sua attenção, e deseja que s. ex.ª na primeira oportunidade que tenha, declare á camara se está disposto a apresentalas immediatamente, porque em caso contrario usará da sua iniciativa sobre este objecto.

Aproveitando a occasião, chama a attenção da camara sobre o seguinte facto.

Consta que o brigue Mondego saindo da China para Portugal se perdeu, assim como uma grande parte da sua tripulação. Não pretende fazer cargo ao sr. ministro por este successo, de que não é culpado, mas pretende mostrar que na nossa marinha se não encontra se não miseria a respeito d'este serviço; porque um navio podre e construido de pinho não devia ir para commissões de tanta importancia como a navegação alem do cabo.

É preciso que isto acabe, e que se faça justiça ao serviço e aos homens, tratando as cousas da marinha como ellas devem ser.

O navio Mondego tendo estado quasi cinco annos na China, não devia ter saído de lá sem se ter subido a um plano inclinado para se ver o seu valor.

É tambem necessario remediar o modo de fornecer os navios, porque saem d'aqui com falta de objectos, o que dá logar a que achando-se em paizes longinquo, vão comprar esses objectos pelo tripulo e quadruplo.

O sr. ministro, como disse, não se acha presente, mas verá pelo extracto as reflexões que acaba de fazer, e dará os esclarecimentos acerca d'esse desastre.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão).—não é competente para dar ao illustre deputado todas as explicações que deseja, em relação ás considerações technicas que fez, mas diz, que o seu collega da marinha, logo que entrou para o governo tratou de mandar render o brigue Mondego que estava em Macan, mandando para ali um outro navio para costear nos mares da China, e, por consequencia, por este lado não se pôde fazer censura ao governo.

Pôde dizer ao sr. deputado, que constou por participação telegraphica, que o brigue se perdeu nos mares da China, salvando-se uma parte da tripulação.

Quanto ao mais, o seu collega responderá em occasião opportuna.

O sr. Mallo Soares.—participa achar-se installada a comissão do regimento, nomeando para presidente ao sr. Rebello Cabral, para secretario ao sr. Pequito, e para relator a elle participante.

O sr. Camella.—communica achar-se constituída a comissão de forças, tendo nomeado para presidente ao sr. Menezes Pitta, para secretario a elle participante, e para relator o sr. Monteiro Castello Branco.

O sr. Mendes de Vasconcellos.—manda para a mesa um requerimento dos sargentos quartéis mestres dos corpos da guarnição da praça de Elvas, pedindo ser equiparados aos sargentos ajudantes.

O sr. Custodio de Faria.—manda para a mesa uma representação, assignada por muitos eggressos, em que pedem o pagamento de suas prestações por inteiro.

Esta pretensão é muito attendivel, porque os eggressos não são empregados publicos, nem pensionistas do estado, mas rigorosos credores por titulo de alimentos; mais dignos de consideração, porque pela lei de 30 de abril de 1835 ainda são estranhos ás familias em que nasceram, e ás quaes por isso não podem pedir alimentos; e a consideravel diminuição do seu numero pelo fallecimento e provimento dos mesmos em benefícios ecclesiasticos, facilita o pagamento por inteiro.

E como já apresentou na sessão de 25 de janeiro do anno passado um projecto para o mesmo fim, renova a iniciativa do mesmo projecto, constante da nota que manda para a mesa, e assignada por mais srs. deputados, para ser remetida á comissão ecclesiastica ouvida a de fazenda.

O sr. Affonso Botelho, Vaz da Fonseca, Gaspar Pereira, Silva Cabral, e Telles de Vasconcellos, mandam requerimentos para a mesa pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Silva Andrade.—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Tondella, no districto de Vizeu, pedindo uma casa pertencente á

fazenda nacional, para nella se estabelecerem os paços do concelho.

O sr. Balduino.—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo; e acrescenta, que fez um requerimento pedindo alguns esclarecimentos á secretaria de marinha, isto ha perto de doze dias, e não lhe consta que viessem; não sabe se a falta está da parte do sr. ministro da marinha, mas cre que não, porque s. ex.ª lhe disse que já tinha assignado o officio de remessa, ou se da parte dos empregados d'aquella repartição; e por isso pede a s. ex.ª que recomende ao respectivo empregado o cumprimento de seus deveres.

O sr. D. Rodrigo de Menezes.—entre os papeis que foram remetidos á comissão da moda falsa, precisa que os srs. ministros enviem á camara copia dos relatorios que o governo brasileiro dirigiu ás cortes em 1857 e 1858. Chama sobre isto a attenção do sr. ministro da justiça, que se acha presente: é um relatório no qual se dirigem á nação portugueza insinuações que lhe são injurias, e sobre o qual elle, orador, em 1859 teve occasião n'esta casa de chamar a attenção do governo de então para a necessidade de responder a este relatório.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão).—não tem idea do que na sua repartição existam os relatorios a que o illustre deputado allude; estes relatorios, se existem, devem estar na secretaria dos negocios estrangeiros.

O sr. Avila.—os relatorios, a que se refere o sr. D. Rodrigo de Menezes, são de 1857 e 1858; entretanto é possível que no relatório de 1859 se empreguem ainda expressões que devam merecer a attenção do governo portuguez, mas como não conhece ainda esse relatório, parece-lhe que os desejos de s. ex.ª serão mais completamente preenchidos, vindo tambem o relatório de 1859.

É exacto o que disse o sr. ministro da justiça, que esses documentos não costumam vir para aquelle ministerio, vem para o dos negocios estrangeiros, assim como para muitas outras pessoas; e não tem difficuldade, no caso de não apparecerem os relatorios de 1857 e 1858, de pôr á disposição do sr. D. Rodrigo um exemplar, que tem d'esses mesmos relatorios. Não tem o de 1859, mas entende que esse documento é importante, porque se lhe affigira que, no Brazil, as informações, que tinham servido de base á narração inexactissima que fez o ministro dos negocios estrangeiros do imperio ás cortes, deviam estar muito modificadas em 1859. A verdade é que o governo brasileiro foi altamente illudido nas informações que de Portugal se lhe mandaram (apoiadas) acerca do procedimento que tinham as autoridades, em relação á perseguição do crime de moda falsa; a verdade é que as autoridades portuguezas têm sempre empregado todos os meios á sua disposição para perseguir este crime, que tem sido peor para Portugal do que para o Brazil.

O que se disse por consequencia para o Brazil, fosse quem quer que fosse que o tivesse dito, é inteiramente inexacto, por não empregar um epitheto mais expressivo. É de crer que em 1859 o governo do Brazil já não leve ao seu parlamento expressões offensivas contra nós, como as que lançou nos seus relatorios de 1857 e 1858.

Em quanto ao que fez como ministro para repellir estas injurias, deve constar dos documentos que o sr. ministro da justiça tem mandado para a comissão, e tem a este respeito a sua consciencia tranquilla. Está prompto a pôr á disposição da comissão os dois relatorios, no caso de não appare

começado na sessão de quarta-feira:— não é o paiz que caminha para o abismo; mas elle, orador, está abismado em fúlgidas considerações, prescrevendo a triste e melancólica situação da patria, quando ella, no dizer dos srs. ministros, caminha para a mais alta felicidade. Não teve a camara occasião de observar como o sr. ministro do reino recuou de espanto á unica pronunciação da palavra abismo? Não ha pois razão para nos amedrontarmos d'esta triste idéa, tendo por garantia a palavra do sr. ministro e a sua tão vasta como experimental erudição. Não viu ainda a camara, como o sr. ministro da fazenda veio pedir que se esperasse ainda mais tres annos, e o reinado de Astréa nos tocára á porta? E que são tres annos na eternidade dos seculos, para que não tenhamos paciência de esperar pelo resultado da promessa de s. ex.ª?

Os srs. ministros, que são de certo os mais insignes na escola que levantaram entre nós, povo selvagem, a bandeira da união e da tolerancia, não devem de maneira alguma ser embaraçados nos seus planos. Se se olhar que os seus fins encerram uma idéa grandiosa, não devemos de maneira alguma pôr-lhes o menor embaraço, nem tão pouco ter a menor desconfiança a respeito da sua execução e desenvolvimento. Lancemos portanto para longe esse pendão historico de que o paiz não pôde nem deve pagar mais, e aquellos mesmos que o levantaram, tendo a temeridade de usar de um direito que a carta lhes dava, devem ficar satisfeitos com a noticia do sr. ministro da fazenda, de que essa bandeira se acha depositada no hotel dos invalidos, naturalmente para ser um documento historico e comprovativo da coherencia da epocha.

Quando das cadeiras ministeriaes stem taes declarações, o desengano deve ser cabal para o povo e para os seus eleitos.

O principio da boa governação está entre nós sophismado e invertido; a gravidade e seriedade são substituídas pela desordem e pela inconstancia; e a mesma união que se apresenta, como uma conquista da civilização, não significa outra coisa que a consubstanciação de duas fracções, que apparentemente conformidade de idéas e de sentimentos, apresenta também o seguimento do mesmo systema de exclusão, parecendo destinar-se a estabelecer uma oligarchia que, sendo necessario, possa predominar os destinos da patria.

Essa união, se pelo caracter dos cavalheiros que a compõem, não nos promette os exilios, nem nos dá receios pela liberdade, como aquelle contrato duro e injusto que com Lepido e Antonio fez Augusto, tem ao menos a grande significação, não só politica, mas christã de ver reunidos no mesmo gremio os offensores e os offendidos, os detractores e os detrahidos; aquelles que levantaram essa bandeira dos cincoenta mil peticionarios, e aquelles contra os quaes essa mesma bandeira triumphou; pensamento e verdade christã, mas que nem por isso pôde escapar á apreciação da consciencia publica.

Sucedendo á fôse como fosse essas transformações, estavam perfeitamente no seu direito, e a ninguém tinham que dar contas senão á sua consciencia, e á patria que nellas devia ir interessada; mas sendo isso assim, permittam também que os outros tenham differente opinião, e que quando vêm ir a nau do estado, segundo a sua convicção, para o baizão em que se pôde despedaçar, possam clamar por Deus e pelo seu direito.

A situação apresentando-se com um caracter de tolerancia e de união, apresenta ao mesmo tempo dados significativos de intolerancia e de exclusão, e é esta uma das fases por que as nações passam na sua vida e existencia. Ainda em 1839 um eruditissimo e consciencioso publicista, querendo fazer uma pintura da França monarchica em instituições analogas ás nossas, quasi que desenhou anticipadamente a situação que actualmente se vê n'este paiz.

Não se admirava de que o sr. ministro da fazenda viesse gloriar-se de ter depositado no hospital dos invalidos a bandeira dos cincoenta mil peticionarios; mas espanta-o a demora de s. ex.ª em lhes mandar pôr uma guarda de honra, estacionando ali, como veteranos, os que promoveram aquella mesma bandeira, e foram porta-estandartes d'ella.

Não comprehende como os srs. ministros, que têm respondido n'esta discussão aos differentes oradores da opposição, dotados, como são, de grande illustração e experiencia, e além d'isso da ambição nobre de se immortalarem no serviço da patria, não apresentassem uma unica rasão conclusiva para rebater os argumentos principaes dos seus adversarios.

Fallando-se no programma com que os srs. ministros entraram no poder, ss. ex.ª negaram a existencia d'esse programma. De certo o governo não fez um programma administrativo: disse nas sessões de 17, 22 e 23 de março que esperassem pelos seus actos; mas pela boca do sr. presidente do conselho foi declarado na mesma sessão de 17 de março, que o governo havia de seguir á risca a carta constitucional. Podia ser inútil esta declaração, porque sendo ministros pela carta, subentendia-se que tinham obrigação de a seguir; mas á obrigação constitucional que tinham como cidadãos d'este paiz, e como ministros de El-Rei constitucional, é claro que se juntava a promessa de cumprirem a carta á risca.

Nem mesmo que o ministerio deixasse de fazer essa declaração, era possível deixar de ir buscar como fundamento, para regular a politica ministerial, a carta constitucional, d'onde dimanam todos os poderes politicos, d'onde do mais a mais se deduzem todos os principios administrativos. Portanto, quando o sr. ministro do reino, sobre este ponto, fez insistencia, não teve razão alguma, porque ou aquillo era um programma politico, que o ministerio apresentava, ou constituia uma obrigação natural e politica do mesmo ministerio.

Da mesma maneira o sr. ministro do reino, que dispõe de tantos recursos oratorios, não precisava ir buscar um na ordem dos sophismas, para poder dirigir-se, como se dirigiu, á paixão. Á vista do que se tinha passado na camara, das razões que se tinham adduzido para apresentar em toda a pureza e gravidade os principios liberais, não era preciso que s. ex.ª viesse apresentar essas razões como inteiramente contrarias á liberdade, e por consequencia inimigos d'ella aquelles que as tinham produzido.

Não era preciso igualmente que, quando se tratava de apresentar o verdadeiro estado das finanças, que não podem existir senão pela verdade, e com a verdade, e a respeito das quaes os contribuintes têm um direito imprescriptivel de pedir contas aos seus administradores; das finanças que constituem uma das principaes bases da sociedade politica; das finanças que não podem de maneira alguma constituir um artigo inquisitorial em sociedade alguma, principalmente no systema liberal, onde a publicidade é essencial; não era preciso que, com relação aquelles que tinham marchado inteiramente conforme a verdadeira significação dos principios constitucionaes, segundo os verdadeiros interesses da sociedade, apresentando o verdadeiro estado das finanças, se dissesse que se tinha vindo, para assim dizer, atacar o credito, e abalar a sociedade. Entende que se ataca o credito, e que se abala a sociedade, quando se marcha pelo caminho contrario, pelo caminho da illusão, da decepção; quando se não conhece o mal, porque não ha mal que possa ser curado, sem ser conhecido; quando, em fim, se não apresentar a verdade ao paiz, para que, avaliando-se os recursos com que se deve contar, se saiba a maneira por que se ha de curar o mal.

Considerando a politica do ministerio, não teve em vista unicamente este ou aquelle acto do mesmo ministerio; seria eminentemente pueril se se ligasse a um acto isolado a significação da politica ministerial. Tratou por consequencia de fazer aquillo que fazem os mais illustres parlamentares, isto é, de acompanhar o ministerio desde a sua ascensão ao poder até á epocha presente nos seus differentes actos, para chegar á conclusão sobre se por ventura as suas tendencias eram ou não legaes e constitucionaes, e ao mesmo tempo economicas e reformadoras. Entre esses actos tratou da dissolução da camara, e mostrou que esse acto além de inconstitucional e impolitico, tinha sido eminentemente inconveniente, mesmo porque segundo a declaração que fez ultimamente o sr. ministro da fazenda, vê-se que até era necessario o parlamento em consequencia dos meios de que se carecia; porque embora então o governo dissesse que estava perfeitamente habilitado, hoje reconhece-se que o não estava, e foi preciso passar por cima do acto adicional, por cima da lei permanente e de outras para poder ter os meios precisos para occorrer ao serviço publico e á continuação das obras que se julgaram necessarias. A unica razão que deu o sr. ministro do reino, para justificar o acto da dissolução, foi o precedente de sete dissoluções de camaras que houve. Mas suppondo que em vez de sete dissoluções eram sete mil, que relação tem isso com o objecto de que se trata? A questão não é se tem havido quatro, seis ou sete dissoluções, mas sim unicamente, se esta estava no mesmo caso, e se tinha a mesma significação que tiveram aquellas. Por consequencia o unico argumento que s. ex.ª apresentou para combater a inconstitucionalidade da dissolução, não pôde de maneira alguma ser applicavel ao caso de que se trata; e do mesmo modo s. ex.ª deixou de dar resposta satisfactoria a respeito de outros factos sobre os que se lançou censura, como com referencia ao bill de indemnidade acerca da continuação do giro da moeda. O nobre ministro querendo defender o governo n'este ponto, foi buscar as opiniões d'elle, orador, em 1844, e dá graças a s. ex.ª de trazer as suas opiniões, porque sempre que se derem casos semelhantes, sempre que se quizer combater a sua opinião de hoje com a sua opinião de hontem, ha de necessariamente achar-se-lhe razão, por isso que é invariavel a respeito dos principios. O que defendeu então, foi aquillo mesmo que defendeu quando se tratou da prorrogação do prazo para o giro da moeda. Então estabeleceu o principio de que, sem urgentissimas circumstancias, sem uma conveniencia reconhecida, não podia admitir-se de maneira alguma a escusa ao ministerio para usurpar o poder legislativo; o mesmo sustentou quando se tratou da continuação do giro da moeda, pois que disse, que se por ventura havia alguma necessidade urgente, algum caso insolito ou incoigido pelo qual o governo fosse obrigado a tomar aquella medida, n'esse caso votaria o bill de indemnidade, mas não se apresentando razão n'esse sentido, votava contra. São pois duas opiniões não contrarias, mas perfeitamente concordes, e o sr. ministro não fez senão condemnar o seu mesmo acto, censurar o seu procedimento.

Em quanto ás accumulações defendeu-se o sr. ministro do reino com dois argumentos. O primeiro é que não havia lei que prohibisse as accumulações; o segundo é que nas accumulações que eram apontadas, e principalmente n'uma, havia uma economia. S. ex.ª não considerou bem a hypothese para apresentar sobre ella argumentos de similantem ordem. As accumulações são absolutamente prohibidas pelo decreto de 30 de julho, que é lei, e até pelos proprios regulamentos das secretarias; mas esta não é a hypothese de que se trata. O que se tratou de mostrar foi, que um ou mais empregados n'um tribunal, e n'um tribunal inamovivel, não podiam ser empregados em outro tribunal, e ali accumular, com o ordenado do tribunal principal, emolumentos de uma segunda ordem. A base em que se funda a criação dos logares é a indispensabilidade do serviço. Organizou-se o tribunal de contas; crearam-se mais quatro logares; mas que acontece depois? Dois conselheiros deixaram de servir no tribunal. Logo é claro que não eram necessarios esses logares, e por consequencia não se deviam ter creado.

Mas, n'este caso, ha ainda outra razão de moral que o torna mais aggravante. No proprio regulamento do tribunal de contas é marcada a incompatibilidade dos seus membros com outro qualquer serviço, excepto quando o pedir o bem do estado, isto é em casos extraordinarios, e temporariamente. Nem era possível outra cousa, pois que os conselheiros do tribunal de contas têm de tomar contas a todas as repartições.

Como pôde admitir-se que um conselheiro esteja a servir n'uma repartição inferior, que tem de dar contas a esse mesmo tribunal? Tomava por consequencia contas a si mesmo. A questão não é de 800\$000 réis, é de principios. Se o emprego é indispensavel, conserve-se; senão é extinga-se; não é possível fazer dois, tres e quatro serviços ao mesmo tempo.

Além d'esta consideração de politica geral, ainda havia a consideração de politica moral, porque, dada a indispensabilidade do serviço, é claro, que não era aquelles empregados que poderiam conceder-se aquelles logares, mas a outros que estivessem na escala, ou que extraordinariamente se nomeassem pelos meios competentes.

Portanto não ha principio algum que justifique estas accumulações, marcadas na lei para especiaes, mas não para este, que está fóra de toda a possibilidade de ser comprehendido na hypothese que o sr. ministro apresentou. E isto nada tem com as pessoas.

Cumpre-lhe, pois, dizer que ha muito que remediar e que evitar, e que não é possível pedir recursos aos povos, quando por uma maneira tal se estão autorisando despezas consideraveis.

E que dirá da desigualdade com que o sr. ministro do reino quiz demonstrar a sua falta de sentimento e de justiça, ao tratar-se da execução da lei do recrutamento! Não houve na camara uma voz que se levantasse contra o principio da lei, contra a igualdade do imposto de sangue. Porque elle, orador, na escala dos abusos, fallou das classes do povo, e passou para outra classe respeitavel, queria a desigualdade com relação a esta classe! Contra a desigualdade reclama elle, orador, e segundo os principios da liberdade. Portanto, o sr. ministro appellou, n'esta parte, muito indevidamente para a paixão, querendo-o apresentar contradictorio ou contrario com esses principios de igualdade.

N'esta occasião appellou igualmente o sr. ministro para o sentimento da camara, dizendo que pedia, que sobre o objecto do recrutamento não se fallsse, porque ia impedir talvez actos do governo. N'este ponto todos estavam conformes, mas como a declaração da parte d'elle, orador, de que se por ventura a execução da lei for tal qual se verificou, e com a intelligencia errada que o sr. ministro do reino lhe deu, talvez por não ter bem attentamente lido o artigo 56.º, não se pôde conformar, porque era o mesmo que deixa-la ao arbitrio, ao passo que, se o sr. ministro proceder dentro dos limites da lei, ha de ter o apoio das camaras e do paiz.

Se as autoridades tivessem cumprido á risca o artigo 56.º, fazendo os respectivos processos administrativos contra os refractarios, não se teriam dado os factos que se deram, e ter-se-ia andado regu-

larmente. No caso da presumpção não é necessario por outra razão, porque a prisão não pôde ir ávante em virtude de haver quatro mezes para se verificar. O sr. ministro contudo confundiu uma hypothese com a outra, e entendeu que não era preciso mais processo, quando o processo está marcado no artigo 56.º.

Sé n'este ponto o sr. ministro do reino não respondeu cabalmente a nenhuma das observações feitas pela opposição, se a arma do sophisma foi a unica de que se serviu, não com relação ao objecto principal da questão, mas com relação ás exterioridades, o mesmo se dá com a questão financeira, a respeito da qual apenas tocou alguns pontos que formaram uma especie de claro-escuro ao quadro das finanças, mas nada tinham com a gravidade da situação que elle, orador, havia apresentado.

O sr. ministro da fazenda, na sessão de quarta-feira, foi quem veio confirmar o que elle, orador, dissera, e responder ao mesmo tempo ao sr. ministro do reino. O sr. ministro da fazenda não só disse aquillo que já estava escripto, a saber: que a nossa receita ordinaria ha muito tempo não chegava, e que tinha sido necessario recorrer ao credito, estado que continua, mas acrescentou que tinha necessidade de lançar 3 ou 4.000.000\$000 réis de impostos e pedi-las á propriedade ou á industria, o que todavia não podia fazer no estado actual, porque eram precisos certos preparativos.

Já se vê por aqui qual a gravidade das nossas circumstancias; já se vê que o que estabeleceu da maneira positiva por que o fez, em vista de documentos officiaes, não podia ter contestação; e tanto que a consciencia ministerial foi a propria que veio apresentar a prova mais cabal das asserções que fez. E ainda isto não é bastante, porque a gravidade das circumstancias é muito maior.

Disse o sr. ministro do reino que elle, orador, andava sempre com o espectro das finanças diante dos olhos, e contudo não se atterrasse o paiz, por certo que devia fazer espanto; mas quem tivesse conhecimento d'isto, não lhe devia fazer espanto, muito mais que estes casos dão-se todos os dias diante de uma urgencia de circumstancias. Este contrato, como mostrou, e não entraria de novo na questão, ficava abaixo de 37, e por consequencia 38 não fazia perda ao contratado ou negociador, e quando n'esse contrato havia uma disposição, pela qual não se podia ter negociações de fundos portuguezes com outro qualquer casa, em quanto durasse o contrato, está claro que elle mesmo era interessado em que não apparecessem fundos á venda fóra de certos limites, para que podesse aproveitar a alta, e ainda que fizesse sacrificio de 2 % em uma circumstancia dada, lá havia de ser compensado em outra occasião.

Parece-lhe que tem respondido a todas as objecções que da parte dos srs. ministros se oppuseram aos argumentos que apresentou, para mostrar que a gerencia da administração não lhe parece bem dirigida no interesse do paiz. Ha uma escola que entende que o credito é uma calamidade, e não é nem pôde ser d'essa escola, mas felizmente a marcha composta que segue o ministerio parece-lhe levar-nos a convencer de que tem bem presentes as doutrinas d'ella. Quando vê por um lado que o ministerio augmenta as despezas consideravelmente; quando vê que das propostas apresentadas, muitas ha que trazem enormissimas despezas para o paiz; quando vê que o rendimento segundo o proprio orçamento não tem augmentado em cifra que possa compensar de sorte alguma um decimo d'esta despeza; quando vê que em quanto se augmentam as despezas publicas por um lado, se n'orem outras novas, e que em vez de se lhes assignarem as receitas proporcionaes se não cuida n'esse objecto, e até se quer recorrer ao credito não sómente para fazer face ás despezas extraordinarias, mas ás despezas ordinarias; quando vê tudo isto, confessa ingenuamente que se aterra com o espectro d'estas despezas, e não pôde de maneira alguma deixar de agourar mal para a sorte do paiz.

Se por ventura visse que o ministerio marchava em um caminho rasavel, e que progressivamente ia melhorando o paiz, creando na proporção devidas os competentes recursos, de certo que lhe uniria o seu voto, e não podia deixar de lhe unir todo aquelle que fosse portuguez, porque não ha nenhum que não ame do coração os melhoramentos do paiz; mas quando vê o estado desgracado das nossas finanças, e que progressivamente augmenta a nossa despeza, não é possível acompanhar os srs. ministros n'esta marcha, e por tanto, entende que a politica do ministerio não pôde ser apoiada por pessoa que ame do coração a sua patria, e por conseguinte sustenta o seu primeiro voto.

O sr. José Esteves:—protesta contra quanto vae dizer, não, porque o que disser não seja a expressão sincera, intima e profunda da sua convicção, mas porque, desadora a occasião em que é obrigado a diz-lo; desadora os motivos que o levam a tomar a palavra n'este ensejo; protesta em favor dos seus antigos compromissos, que é obrigado a acceder em nome de uma necessidade que não comprehendia bem; mas não pôde deixar de se curvar sem pôr o seu orgulho e a sua opinião acima das conveniencias publicas, entendidas pela maioria dos seus amigos.

Tinhámos desde longo tempo estabelecido o salutar costume de considerar a resposta ao discurso da coroa como um mero cumprimento, deixando todas as pugnas politicas para os diversos assumptos que tinham de ser submettidos á consideração da camara, tirando-se d'este salutar costume, o effeito de tornar as censuras mais claras, mais acerrimas e mais pungentes, de se poder avaliar melhor a desculpa dos ministros, e de se dar por conseguinte mais importancia e mais efficacia ao debate, mais garantia á palavra, e mais effeito ás resoluções parlamentares.

Fomos obrigados a pôr de parte esta boa pratica, resultado como tantas outras, do desenvolvimento da razão publica, que ainda a mais alta intelligencia, recolhida e separada dos negocios publicos, não pôde acompanhar no meio do seu gabinete, cerceada de visões do passado, que desaparecem para sempre, e acompanhada de esperanças que são idealidades. E quem se obstina a desconhecer a força inevitavel do tempo? Quem se atreve a pôr o falso vigor do seu caracter acima do poder inextinguivel das suas idéas?

Falla e protesta contra este facto: protesta contra a triste necessidade de revogar um principio em que tinham acordado todas as sumidades politicas, e de que se tinham tirado os melhores resultados. O espirito dos mais atlados e dos mais delicados d'esta casa, qualidades de que ainda nos deu exuberantes provas o discurso que se acaba de ouvir, propunha que a resposta ao discurso da coroa fosse um mero cumprimento, mas não comprehendia como um corpo colectivo necessitasse formar uma commissão para redigir um cumprimento da camara, e a nomeação de uma commissão, e os debates da resposta no centro d'essa commissão, e a apresentação de um parecer, tudo isto significava que era um acto publico. Nós tinhamos ha muito tempo, e com muita razão, ligado as formulas parlamentares, com o dar á resposta do discurso da coroa o caracter de um cumprimento, e esse caracter não provém de certo de se seguirem os tramites parlamentares.

Ora a commissão redigiu a resposta exactamente n'esse caracter, e em conformidade com as praticas estabelecidas, e sendo a commissão composta de parcialidades de que se compõe a camara, supposto unidas em um só pensamento, todos concordaram em como pelas leis das reformas com os quadros anteriores, d'onde vinha em logar de serem 150.000\$000 réis, como disse, eram 151.000\$000 réis, e por consequencia quando avançou tal proposição tinha razão para a avançar.

O illustre ministro da fazenda fez igualmente reparo em uma observação que apresentou com relação a um objecto, a que se referia por informação. Referia-se á venda de 140.000\$000 réis de inscripções, feita pelo barão de Rostchild, que tinha na junta do credito publico, e s. ex.ª para desviar a attenção d'este objecto, comparou esta quantia com o credito d'aquelle banqueiro, e disse que era uma quantia tão diminuta que poderia comparar-se, quanto ao valor, com a compra que qualquer fizesse de um objecto ordinario. Não duvida de que os 140.000\$000 réis é uma quantia pequena e que não tem valor para a compra ou venda; mas isto não vinha para a questão. A questão não eram os 140.000\$000 réis, era o effeito moral. Era a importancia do barão de Rostchild como principio do credito, sendo elle quem está mais ao facto, pelas relações geraes que tem com toda a Europa, do preço dos mercados e do credito dos governos. E segundo lhe consta, elle mandou effectivamente procuração para a venda d'essas inscripções, procuração que veio a uma das principaes casas inglezas d'esta cidade; e a qual vae ser registada na secretaria dos estrangeiros.

Que portanto, se o facto é veridico, como o annunciam, então não tinha razão o illustre ministro da fazenda para fazer espirito com a grandeza de Rostchild, e comparar essa mesma grandeza ou riqueza com um facto ordinario de s. ex.ª ou de outro qualquer.

As mesmas reflexões applica á circumstancia dos 38 por % a que alludi relativamente ao contrato Erlanger. Se o sr. ministro não soubesse as condições do contrato, os prazos, o dia do vencimento das letras, e quando se principiar a vencer, por certo que devia fazer espanto; mas quem tivesse conhecimento d'isto, não lhe devia fazer espanto, muito mais que estes casos dão-se todos os dias diante de uma urgencia de circumstancias. Este contrato, como mostrou, e não entraria de novo na questão, ficava abaixo de 37, e por consequencia 38 não fazia perda ao contratado ou negociador, e quando n'esse contrato havia uma disposição, pela qual não se podia ter negociações de fundos portuguezes com outro qualquer casa, em quanto durasse o contrato, está claro que elle mesmo era interessado em que não apparecessem fundos á venda fóra de certos limites, para que podesse aproveitar a alta, e ainda que fizesse sacrificio de 2 % em uma circumstancia dada, lá havia de ser compensado em outra occasião.

Parece-lhe que tem respondido a todas as objecções que da parte dos srs. ministros se oppuseram aos argumentos que apresentou, para mostrar que a gerencia da administração não lhe parece bem dirigida no interesse do paiz.

Ha uma escola que entende que o credito é uma calamidade, e não é nem pôde ser d'essa escola, mas felizmente a marcha composta que segue o ministerio parece-lhe levar-nos a convencer de que tem bem presentes as doutrinas d'ella. Quando vê por um lado que o ministerio augmenta as despezas consideravelmente; quando vê que das propostas apresentadas, muitas ha que trazem enormissimas despezas para o paiz; quando vê que o rendimento segundo o proprio orçamento não tem augmentado em cifra que possa compensar de sorte alguma um decimo d'esta despeza; quando vê que em quanto se augmentam as despezas publicas por um lado, se n'orem outras novas, e que em vez de se lhes assignarem as receitas proporcionaes se não cuida n'esse objecto, e até se quer recorrer ao credito não sómente para fazer face ás despezas extraordinarias, mas ás despezas ordinarias; quando vê tudo isto, confessa ingenuamente que se aterra com o espectro d'estas despezas, e não pôde de maneira alguma deixar de agourar mal para a sorte do paiz.

Se por ventura visse que o ministerio marchava em um caminho rasavel, e que progressivamente ia melhorando o paiz, creando na proporção devidas os competentes recursos, de certo que lhe uniria o seu voto, e não podia deixar de lhe unir todo aquelle que fosse portuguez, porque não ha nenhum que não ame do coração os melhoramentos do paiz; mas quando vê o estado desgracado das nossas finanças, e que progressivamente augmenta a nossa despeza, não é possível acompanhar os srs. ministros n'esta marcha, e por tanto, entende que a politica do ministerio não pôde ser apoiada por pessoa que ame do coração a sua patria, e por conseguinte sustenta o seu primeiro voto.

O sr. José Esteves:—protesta contra quanto vae dizer, não, porque o que disser não seja a expressão sincera, intima e profunda da sua convicção, mas porque, desadora a occasião em que é obrigado a diz-lo; desadora os motivos que o levam a tomar a palavra n'este ensejo; protesta em favor dos seus antigos compromissos, que é obrigado a acceder em nome de uma necessidade que não comprehendia bem; mas não pôde deixar de se curvar sem pôr o seu orgulho e a sua opinião acima das conveniencias publicas, entendidas pela maioria dos seus amigos.

Tinhámos desde longo tempo estabelecido o salutar costume de considerar a resposta ao discurso da coroa como um mero cumprimento, deixando todas as pugnas politicas para os diversos assumptos que tinham de ser submettidos á consideração da camara, tirando-se d'este salutar costume, o effeito de tornar as censuras mais claras, mais acerrimas e mais pungentes, de se poder avaliar melhor a desculpa dos ministros, e de se dar por conseguinte mais importancia e mais efficacia ao debate, mais garantia á palavra, e mais effeito ás resoluções parlamentares.

Fomos obrigados a pôr de parte esta boa pratica, resultado como tantas outras, do desenvolvimento da razão publica, que ainda a mais alta intelligencia, recolhida e separada dos negocios publicos, não pôde acompanhar no meio do seu gabinete, cerceada de visões do passado, que desaparecem para sempre, e acompanhada de esperanças que são idealidades. E quem se obstina a desconhecer a força inevitavel do tempo? Quem se atreve a pôr o falso vigor do seu caracter acima do poder inextinguivel das suas idéas?

Falla e protesta contra este facto: protesta contra a triste necessidade de revogar um principio em que tinham acordado todas as sumidades politicas, e de que se tinham tirado os melhores resultados. O espirito dos mais atlados e dos mais delicados d'esta casa, qualidades de que ainda nos deu exuberantes provas o discurso que se acaba de ouvir, propunha que a resposta ao discurso da coroa fosse um mero cumprimento, mas não comprehendia como um corpo colectivo necessitasse formar uma commissão para redigir um cumprimento da camara, e a nomeação de uma commissão, e os debates da resposta no centro d'essa commissão, e a apresentação de um parecer, tudo isto significava que era um acto publico. Nós tinhamos ha muito tempo, e com muita razão, ligado as formulas parlamentares, com o dar á resposta do discurso da coroa o caracter de um cumprimento, e esse caracter não provém de certo de se seguirem os tramites parlamentares.

Ora a commissão redigiu a resposta exactamente n'esse caracter, e em conformidade com as praticas estabelecidas, e sendo a commissão composta de parcialidades de que se compõe a camara, supposto unidas em um só pensamento, todos concordaram em

fazer uma resposta tal, que não pôde levantar-se para a defender em nome da commissão, por que o trabalho da commissão não foi atacado.

Portanto, podemos sem fazer esta salutar e profunda reforma da carta, continuar nas praticas de entregar á redacção de uma commissão a resposta ao discurso da coroa, e não ser ella mais que um cumprimento. Isto não é uma precaução inutil: antes é uma avisada cautella, porque se os parlamentares se podessem decompor em grande numero de caracteres, pouco escrupulosos nas frases, tanto escriptas como falladas, seria necessario encarregar a uma commissão escolhida a redacção d'esse papel para arredar d'essa mesma redacção o estylo inconveniente de muitos dos seus collegas. E não só por isto, mas em vista de outras tendencias que se tem manifestado na tribuna, seria necessario haver no parlamento uma commissão de civilidade, visto que se trata de se reformar a carta, e se começa por um dos mais substanciaes artigos d'ella, querendo-se que haja um juiz da verificação dos poderes, para que o rei não falle ao parlamento, senão depois que estejam, por um juiz rigoroso e severo, verificadas todas as eleições; de maneira que nunca se caísse na heresia constitucional do rei fallar a pessoas que ainda se não sabia se eram os verdadeiros delegados do paiz. De sorte que para se reformar este ponto insignificante de etiqueta, lá se ia uma das garantias mais importantes do systema representativo, que é a verificação dos poderes pela propria camara; porque o tribunal a quem se desse este poder era um tribunal autocrático, tinha o poder publico todo na mão.

Não ha dia verdadeiramente grande, magnifico, para as nações ainda abatidas e definhadas, senão aquelle em que a calunnia é confundida, em que a innocencia recobra os seus direitos, e se repõe no altar d'onde a perdidia dos homens a prostou. Não são os mais notaveis, os mais memoraveis nos annos dos povos, os dias assignallados pela fortuna das armas, pelos grandes commettimentos politicos, ou pelos grandes exorços administrativos. Para o homem verdadeiramente moral e de consciencia, não ha dias que se comemorem senão esses em que os cidadãos, perseguidos pelos erros da opinião, pelas mais paixões, podem, pelo favor e pela justiça dos seus concidadãos, apresentar-se diante das assembleas publicas, desenvolver desassombadamente todos os apontamentos da sua vida, e mandar que reconheçam as suas virtudes.

Nós assistimos a esta grande festa nacional, jubilosos e contentes, mas arrependidos e penitentes. Este grande acontecimento devia ser assignallado por algum acto de generosidade e grandeza. Era portanto preciso um grande acto de amnistia. Mas os poderes da terra não podem humilhar-se, não podem perder nada na consideração publica, e portanto não podem perdoar senão com as palavras de Deus e com os fundamentos da sua justiça. Estamos pois perdoados, porque eramos ignorantes; estamos perdoados em nome de Deus, pela boca do seu ministro, porque não sabiamos o que faziamos.

Mas que fizemos nós? Acolhemo-nos ás leis e á opinião publica para oppor barreiras a paixões desenfreadas; não bastando estes esforços, acudimos com o paiz á manutenção das suas instituições; depois entregamos os homens e as consciências ao juizo d'esse mesmo paiz, e apoiados no senso publico, calamos os echos que em outro tempo costumavam responder aos vícios desenfreados da ambição; e ultimamente cumprimos religiosamente o dever do silencio, ouvindo a revelação da nova doutrina, e recolhidos a uma attenção penosa, e que por isso já hoje não pôde conservar-se, estivemos meditando no flagello das desenfreadas paixões politicas, e na efficacia da razão publica para o exterminar.

E não se queixem de nós nem nos agradeçam. A concha do oticismo foi providencialmente quebrada n'estes tempos. Era preciso que a tempestade achasse tào arregaças as arvores, e tào adiantada a cultura, que podesse passar desapercibida por cima dos trabalhos. Era preciso que os que negam as virtudes da liberdade, a ponto de a emaranharem em uma philosophia inintelligivel e ridicula, para lhe dar uma origem que ella nunca teve, viessem agora render-lhe preito e homenagem, e reconhecer que hoje lhe devem a redempção, que elles nunca julgaram ter por similhante principio.

Elogia-se a firmeza de caracter, a consistencia das opiniões; mas os que o fazem não advertem que nos caracteres publicos em que a indole é mais forte que a intelligencia, esse principio da consistencia, que se reputa um principio moral, é um vicio de organisação.

Disse-se: *Mé adsum*: aqui estou. Bem o sabia; mas como se está? Carregado de textos e ajunado de citações; desafiando todos os partidos e todos os homens politicos; escarpellando as finanças e denunciando como grande segredo o que é vulgar em toda a parte; sonhando impossiveis; esquecido inteiramente do passado; sem conhecer as mudanças do tempo; apresentando trivialidades e os frenezias da ambição! «Aqui estou.» Para que e como? Está, mas para baixo não olha, e é logico, porque é fadado para cair em abismos; para o alto não olha, que de lá vêem ligões de humidade, e os espiritos fortes recalcitrar contra elles; para os lados também não, porque aos lados está a humanidade com as suas crenças, com os seus direitos, e é preciso respeitá-los; olha só para diante na direcção do arremeno, do delirio, da perdição, da fatalidade; sim da fatalidade, porque ha caracteres que não têm poder sobre si mesmos, que são um sestro, que são sem o sentirem manequins das suas paixões politicas.

Hoje tudo mudou em volta de nós; mudaram as questões, o modo de as tratar, os interesses publicos, a face parlamentar, a opinião do paiz; e mudou tudo tanto, que a liberdade é já para nós um costume, e o fomento uma necessidade. Mas o illudido, a quem se refere, recusa-se pertinazmente a reconhecer estas mudanças, e foge impertinente para uma erudição mal cabida, foge para todas as passagens historicas onde pôde apparestar o seu espirito tetrico e terrorista, e constantemente está fallando nos excessos das monarchias, na Bastilha, na guilhotina, em Robespierre e em Catilina; respeitaveis, tremendas personagens, que se apparecessem entre nós, quando nos quizessem explicar ou os segredos da sua politica, ou os lances da sua vida, ou os apuros politicos em que se acharam, fariam os ouvidos surdos ás suas dissertações, e convidá-los-iam para irem dar um passeio nos caminhos de ferro, e elles haviam de ir, e até mego julgava que já lá tinha visto os catilinas.

Ha certos medicos mais apaixonados do que sensiveis aos soffrimentos da humanidade, sempre cheios das imagens da sua imaginação, e com um certo prurido da sua arte, que no meio dos seus gabinetes ou negam a saúde publica, de que todos são testemunhas, ou estão sempre á espera de uma grande epidemia. Tal é o illustre deputado: mas nós estamos de saúde perfeita, e os medicos terroristas não são os recebidos com mais confiança nas casas que os mandam chamar.

O illustre deputado indicou o seu systema. A liberdade, igualdade e fraternidade, é um mote que o illustre deputado talhou em mote de liberdade, igualdade e autoridade. Divorciou-se com a fraternidade, porque julgou um principio desnecessario, uma cousa sem sympathias, sem prestigio, e sem razão de ser, e por isso substituiu-a pela palavra *autoridade*.

«A liberdade é filha de dever.» Esta proposição

é a mais absoluta, mais errônea e atrevida que até aqui se tem pronunciado. Que seja dever respeitar a liberdade; que seja dever respeitar todas as suas faculdades, entende-se, mas que a liberdade seja filha do dever, é uma coisa que nunca ninguém o disse, nem mesmo a caterva dos juriconsultos que o illustre deputado citou hontem.

Autoridade! Não conhece senão a que está estabelecida nas leis do país; fôra d'ellas não conhece nenhuma mais, nem estabelecida por outro modo, nem sustentada por nenhum juriconsulto, seja elle quem for.

A liberdade nem todos os partidos a podem possuir. Ha só um partido destinado a conservar a sua pureza. E qual é esse partido? É o partido que aspira a dominar mais que os outros, a não admitir nenhuma opinião contra a sua opinião. Esse partido representa a vida da intolerância que surgiu através das doutrinas que foram proferidas pelo illustre deputado. Esse partido tem direito de gosar de todas as regalias constitucionaes. Mas nos outros partidos, a liberdade consiste em serem todos iguaes na escravidão. O que deseja é dominar tudo e todos; fazer valer a sua opinião mais do que a de outros; a sede insaciavel do poder é n'elle uma paixão, mas uma paixão que cega.

Esta doutrina quando professada por grandes talentos e de grande prestigio, é terrivel; mas quando não tem por si senão um defensor isolado é risivel.

É preciso destruir pela raiz uma arvore do absolutismo que deixámos ainda escondida e subterranea; esta raiz é o veto absoluto! Depois de muitos annos de lutas, depois de tantas tyrannias, do tantos perigos para a liberdade; depois de se ter revolido tanto a historia politica antiga como a moderna, nunca se deu com este terrivel fantasma o veto. Mas o veto absoluto persegue-nos em tudo.

Quem dá o conselho d'estado a regalia de ser unico para julgar dos casos de *salvação publica*? O veto absoluto. Quem perseguiu os cidadãos em tempos calamitosos? O veto absoluto. Quem fazia as eleições com suspeitas de pouca legalidade? O veto absoluto. Portanto temos ainda estas questões de ministerio, de liberdade, de igualdade, de autoridade, de eleições, de dissolução; temos tudo isto, porque tudo está no veto absoluto!

É obrigado a comprehender nas suas observações a oração notavel de um illustre deputado que se senta no lado esquerdo: deixando de a julgar pela apreciação que d'ella fizeram os seus correligionarios politicos, oração regrada, primorosa, de mostrenica, em fim a oração que tem sido a mais adequada e famosa que n'esta nossa terra tem apparecido. Em toda esta oração resumia o bom espirito e a união evangelica, e o illustre deputado veio acudir-nos com o seu zelo patriótico, em quanto nos não acode com o seu zelo apostolico n'outra parte do mundo. E o illustre deputado, antes de partir, disse-nos: «a barca ali está, quem quiser embarcar, embarque; quem não quiser fique na praia.» Pois declara que não quer ir para barca, fica em terra. Não entra na barca sem saber quem é o piloto, que tripulação tem, que direcção toma, e que porto demanda, fica na praia, até por um principio de caridade, á espera do naufragio para acudir aos naufragos (*riso*).

A esta memoravel oração pela sua pungencia, pela amenidade do estylo, a esta memoravel oração correspondeu o sr. ministro da marinha com uma replica tambem memoravel; mas ha uma parte d'esta replica que não approva: o sr. ministro pelo seu zelo e pelo seu amor para com as nossas provincias ultramarinas, fez um convite ao illustre deputado; mas antes de o fazer, devia pensar que o convite podia, por qualquer circumstancia ser aceto, e s. ex.ª sabe, que nós precisamos nas provincias ultramarinas de padres e missionarios.

«Os ministros despacharam os amigos; e se tivessem despachado os contrarios, todos ficavam contentes.» Poderia despachar os seus inimigos. Mas é obrigado a protestar em nome do pundonor, em nome da honra e do brio, em nome do systema constitucional, em nome d'esta camara, em nome d'este paiz, em nome do povo portuguez, que é cioso em pontos de honra, contra o que o illustre deputado disse, que não pôde ter referencia alguma a nenhum partido nem individuo. «Se despachasse os contrarios estariam todos contentes?» Isto diz-se?

Os ministros não despacham amigos, despacham para o serviço do paiz homens honestos e de intelligencia, homens que têm mostrado pelos seus actos politicos, pelos seus escriptos, e em fim por diversos actos publicos, que evidenciam e mostram o seu merecimento, e por isso se tornaram dignos de ser chamados ás funções publicas.

Supponhamos que todos os homens de merito hão de ser chamados ás funções publicas, ou pelos seus advogados ou pelos seus amigos politicos. Se são chamados pelos amigos politicos, diz-se, o serviço, perdeu a liberdade, corrompeu-se. Se são chamados pelos seus advogados, não são melhor tratados; de maneira que ou se ha de seguir o systema de separar das funções publicas os homens de merecimento, visto que só podem ser chamados a ellas ou pelos seus amigos ou pelos seus advogados politicos, ou se hão de sujeitar a ver apreciar o seu procedimento de uma maneira pouco lisonjeira. Mas na alternativa de serem chamados para entrarem nas funções publicas ou pelos seus amigos ou pelos seus advogados, prefero antes que sejam chamados pelos seus amigos; e a explicação d'isto é simples; é porque os ministros professando certos principios, precisando de ser ajudados no exercicio do cargo da governação publica, necessariamente devem chamar para junto de si os homens que estavam na mesma situação d'onde elles saíram, chamar para seus companheiros os homens que já o eram na defeza dos mesmos principios que elles professam. Esta é que é a belleza do systema representativo.

«A dissolução é um acto attentatorio.» Não a considera assim. Já professou doutrinas um pouco exageradas a respeito da dissolução, mas reformou-as.

A dissolução é uma operação muito simples; é igual á do sr. presidente perguntar á camara se a materia está sufficientemente discutida. O Rei fez isto mesmo com os collegios eleitoraes; o Rei apresenta a questão da dissolução aos collegios eleitoraes, pergunta-lhes, se a materia está sufficientemente discutida; os collegios dizem sim ou não; e quando estão acabadas as eleições, está a materia sufficientemente discutida (*riso*). Não se pôde contestar o uso d'esta prerogativa, porque seria recusar o reconhecimento da autoridade do Rei a tal respeito.

As dissoluções são sempre ou devem ser mais estimadas pelas opposições, do que impugnadas por ellas; casos ha em que devem até ser por ellas pedidas, e já o tem sido por meio de mensagens dirigidas ao Rei; e entre nós ainda em 1834 a opposição da nossa camara dos deputados propoz uma mensagem requerendo á coroa a dissolução da camara.

«Este ministerio é inconstitucional.» Porque? Pois nós não sabemos como acabou o ministerio passado? Todos se recordam de que o ministerio passado não caiu parlamentarmente; o ministerio passado não pôde continuar a governar, não achou pessoas que se lhe quizessem associar para continuar na governação publica, e n'este estado pediu a sua demissão. Que havia de fazer a coroa? Chamar a maioria da camara, que julgava perfeitamente identificada com os seus chefes que acabavam de sair do gabinete? Isso não era possivel. Chamou portanto homens que

não pertenciam á maioria, e o ministerio organisou-se, mas não se organisou inconstitucionalmente.

Mas esse ministerio, disse o illustre deputado, foi recebido com enthusiasmo pela maioria; teve o apoio da maioria, que lhe deu mais votos de confiança do que a nenhum outro; foi com elle mais complacente e mais generoso do que com algum outro; o parlamento e o ministerio estavam unidos. Mas é preciso notar que não bastava isto ao ministerio, que a este pertencia ver se esse apoio era verdadeiro e sincero; se era uma especulação, se a maioria no intimo da sua consciencia não apoiava o ministerio; conhecido isto, o ministerio tinha direito e obrigação ou de se retirar ou de dissolver a camara, porque não ha nada mais falso, mais contrario aos interesses publicos, mais improprio dos homens honestos e do governo, do que conservar-se n'esta situação transitoria, que não dá força a quem governa, nem habilita ninguém para a governação do estado. A dissolução n'estes termos foi uma necessidade.

Deu a hora, deve acabar aqui as suas observações, apesar de ter muito e muito que discutir, mas entende que a materia se deve dar por discutida sem prejuizo do seu amigo que se lhe seguia, estimaria que elle, seu amigo, cedesse de pronunciar a oração que pretende fazer, como elle cede de pronunciar o resto da sua.

(O sr. deputado foi no fim do seu discurso cumprimentado por grande numero de srs. deputados.)

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão. —Eram quatro horas da tarde.

Rectificação.—No projecto de lei sobre organização judicial e administração de justiça, apresentado pelo sr. deputado Lopes Branco em sessão de 26 de fevereiro ultimo, e publicado no *Diário* de hontem, 9 do corrente, ha um erro typographico que cumpre rectificar. Na primeira linha d'esse projecto onde se lê—Venho offerecer-vos á vossa consideração—deve ler-se—Venho offerecer á vossa consideração.

Projecto de lei apresentado pelo sr. Camara Leme, na sessão de 2 de março corrente

N.º 11-C

Senhores.—A primeira condição para que possa haver serviços publicos, desempenhados com honra, diligencia e fidelidade, é a remuneração solemne assignada pelas leis aos que se dedicam a quaesquer das carreiras do estado.

Mais do que em nenhuma outra profissão, as recompensas se tornam necessarias para os que servem o seu paiz no honroso e arriscado officio do soldado.

É o serviço militar já de si um sacrificio quasi total da personalidade humana, diante da patria e do dever. Vestindo as armas o cidadão abdicda da vontade, pela obediencia; da conservação, pelo perigo; do interesse, pela modicidade, quasi pobreza, da sua paga. Aos outros cidadãos pode o estado o seu trabalho, e a sua cooperação, o seu tributo, mas não a sua vida. Ao soldado intima-lhe, com o juramento, que esteja a cada momento apercebido para pagar, se a salvação commun o exige, com o seu sangue, o preço da sua honrosa inscripção no livro mestre.

Foi sempre a honra a mais valiosa moeda com que se galardoadam feitos d'armas, e annos consumidos por acampamentos e bivagueis. É-o ainda hoje, só-lo ha sempre, porque a religião das bandeiras impõe como primeiro dever a abnegação heroica e o despreendimento de toda a commodidade pessoal. Para o soldado o maior premio de suas fadigas é a consciencia da sua honra, e o direito de inscrever o seu nome na historia militar do seu paiz.

Mas o estado não deve especular com a obediencia, exagerar a abnegação, decretar a pobreza, e exigir do soldado nos seus annos d'ardores o mesmo ardor e enthusiasmo com que militou nos annos juvenis.

Dois generos de recompensas deve o estado assegurar aos que serviram nos seus exercitos.

Com umas attesta os serviços do militar. Com outras promette-lhes, para o ultimo quartel da vida, o ocio, caramente comprado, e a honesta sustentação, quando o braço mal pôde já menear a espada. Umas são puramente honorificas, as outras pecuniarias.

Das honras, consagradas a coroar o merito militar, tem andado muitas vezes desigual e porventura iniqua a distribuição, á falta de regras precisas e definidas, que estabeleçam a proporção entre o merecimento e a recompensa. Lastima-se entre nós a quasi total ausencia de similhante prescripção, contra o exemplo de todas as nações cultas, onde a organização militar define com justiça e previsão todos os direitos e obrigações do soldado! Muitas vezes o favor e a fortuna poderá tirar aos benemeritos a cruz de distincção, para ir ennobrecer o peito dos que menos a mereceram. Após uma vida, em que os annos se contaram por ferimentos e galhardias militares, o veterano esconderá consigo no sepulchro o uniforme virgem de medalhas.

Pois que as ordens militares se instituíram e duraram seculos com o encargo do serviço da guerra, agora que essa tão gloriosa milicia christã não pôde volver ao seu nobilissimo instituto, cumpre que as aproveitemos como a moeda rara para galardoados os que as armas bem serviram a nação. Saibam de futuro os que elegerem a profissão guerreira, ou a abraçarem por dever, que do mais humilde estado, se acaso em tão nobre officio pôde haver posto que humilde seja, se podem levantar por virtudes, por facanhas, por instrução, ás primeiras distincções honorificas, assim como poderam subir ás mais altas graduações.

É a profissão das armas, sempre de necessidade, escassamente retribuida em toda a parte. As privações hão de ser sempre o seu apanagio, a honrada pobreza o seu destino. Mas o estado deve, impellido á consciencia e a gratidão, livrar da miseria os que por largos annos vestiram o seu uniforme glorioso, e ampara-los na velhice, assegurando-lhes um viver mais repousado e mais feliz.

É necessario que se regulem as reformas de um modo mais conforme á justiça. A lei deve fixar o maximo do tempo de serviço effectivo que ella exige ao militar. Espirado o prazo, embora o militar esteja ainda valido e robusto, demos-lhe o ocio, que bem corno se tem comprado, e não esperemos que o homem se inutilize pela enfermidade, para lhe concedermos como esmola o que lhe devemos como retribuição de seus serviços.

De todas as paixões, e de todos os instinctos naturaes, podemos pedir o sacrificio ao que prestou o juramento das bandeiras. Mas ha um, que a lei mais dura e mais tyrannica se envergonharia de exigir. Quaesquer que sejam as limitações com que o legislador estreite o circulo das ligações sociaes do soldado, o amor da familia terá ao menos no coração do militar um lugar junto do amor da patria e do dever. A lei deve ás familias dos que bem serviram um amparo na falta do seu chefe. O estado adopta como seus aquellos a quem o soldado liga, como unico patrimonio, o seu nome e a sua espada. É necessario que a lei fixe as regras por que hão de conceder-se as pensões ás familias dos militares. O favor, que tantas vezes tem distribuido as honras, pôde com maior damno repartir ou negar o pão da viuvez e da orphandade.

É por todas estas razões que eu tenho a honra de submeter á vossa deliberação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Os officiaes do exercito, que tiverem completado 30 annos de serviço effectivo, terão direito a ser reformados, quando o requeriam, no posto immediato, com o soldo que lhes corresponder, mesmo sem serem julgados incapazes do serviço activo.

Art. 2.º Serão igualmente reformados os officiaes do exercito que forem julgados incapazes do serviço activo:

1.º Os que tiverem 25 annos de serviço effectivo, no mesmo posto, com o soldo por inteiro.

2.º Os que tiverem 20 annos de serviço effectivo, com 20 por cento menos do seu soldo.

3.º Os que tiverem 15 annos de serviço effectivo, com metade do seu soldo.

Art. 3.º As graduações militares, no acto da reforma, serão consideradas como posto effectivo desde alfores até tenente general.

Art. 4.º Os officiaes que forem reformados em virtude dos artigos antecedentes perceberão os seus vencimentos pelas tarifas de 1814 e 1835.

Art. 5.º As ordens militares de S. Bento de Aviz, S. Thiago, e da Torre e Espada, serão as ordens especialmente destinadas a recompensar os serviços militares, tanto ordinarios como extraordinarios.

Art. 6.º Todo o official que tiver 20 annos de serviço effectivo sem nota alguma, e for pelo menos capitão effectivo, terá direito de ser nomeado cavalleiro de S. Bento de Aviz.

Art. 7.º Todo o official que contar 30 annos de serviço effectivo sem nota alguma, tendo pelo menos o posto de coronel effectivo ou graduado, terá direito a ser nomeado commendador da ordem de S. Bento de Aviz.

Art. 8.º Todo o official que contar 40 annos de serviço effectivo sem nota alguma, sendo tenente general effectivo ou graduado, terá direito a ser nomeado gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz.

Art. 9.º Da data da publicação d'esta lei em diante a ordem de S. Bento de Aviz não será conferida a individuo algum não militar, ou militar não combatente, nem tambem se concederá grau algum da mesma ordem senão nas circumstancias especificadas nos artigos antecedentes.

§ unico. Exceptuam-se d'esta regra os cirurgiões militares.

Art. 10.º O grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago poderá ser concedido por serviços distinctos fóra do campo da batalha a qualquer official, e pelos mesmos motivos o grau de commendador e de gran-cruz da dita ordem; porém para ser commendador será necessario que o militar tenha pelo menos o posto de major, e para ser gran-cruz que seja official general.

Art. 11.º Qualquer grau da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Merito, só será conferido:

1.º Aquelles individuos que em acção de guerra praticarem um rasgo de bravura ou intrepidez militar, ou outros quaesquer feitos distinctos superiores aos dos seus camaradas na mesma situação, ou em situação analogia.

2.º Aquelles individuos que conseguirem na guerra resultados vantajosos de uma missão melindrosa, ou de uma operação militar qualquer, seja pelo talento, pela coragem, ou pela combinação d'estas duas qualidades.

3.º Aquelles individuos que, durante a paz e no desempenho de commissões especiaes, se tornarem dignos de uma distincção pelos seus escriptos, inventos ou outros quaesquer trabalhos scientificos.

Art. 12.º Na conformidade do decreto que estatui a antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Merito, nenhum militar poderá receber o grau de official sem ser primeiramente cavalleiro, o de commendador sem ser official, e o de gran-cruz sem ser commendador.

Art. 13.º O disposto nos artigos antecedentes não obsta, contudo, a que o soberano possa conferir a qualquer militar, por bons serviços, o titulo de grandeza, ou quaesquer graus das ordens de Christo e Conceição.

Art. 14.º O official militar que, em consequencia do ferimento recebido em combate, ficar com alguma ou algumas das seguintes lesões: a saber: perda de olhos, pés, pernas, mãos ou braços, ainda que a lesão o não impossibilite do serviço, será remunerado com uma pensão vitalicia, em relação ao soldo do posto que tiver quando receber o ferimento, e que será sempre accumulada com quaesquer vencimentos ou recompensas a que o individuo tiver direito por outros motivos.

§ unico. Esta pensão será:

1.º De 10 por cento do soldo pela perda de um olho.

2.º De 15 por cento do soldo pela perda de uma das mãos.

3.º De 20 por cento do soldo pela perda de um braço.

4.º De 30 por cento do soldo pela perda de um pé ou de uma parte consideravel d'elle que o impossibilite do uso da perna.

5.º De 35 por cento do soldo pela perda de uma perna.

6.º De 40 por cento do soldo pela perda das duas mãos.

7.º De 45 por cento do soldo pela perda dos dois braços.

8.º De 50 por cento do soldo pela perda dos dois olhos; das duas pernas, e de uma perna e um braço; de uma perna, braço ou olho.

9.º De 70 por cento do soldo pela perda das duas pernas e o braço esquerdo, ou dos dois braços e um olho.

10.º De 75 por cento do soldo pela perda das duas pernas e o braço direito; das duas pernas e um olho; ou de um braço, um olho e uma perna.

11.º De todo o soldo pela perda de ambos os olhos e ambos os braços, de ambos os olhos e pernas, ou de ambas as pernas e braços.

Art. 15.º As praças de pret que se acharem nos casos mencionados no § unico do artigo precedente terão direito a uma pensão vitalicia, que será accumulada com quaesquer outros vencimentos, ou recompensas que receberem, ou serão admitidos de preferencia no asylo militar de Runa, achando-se nas circumstancias do respectivo regulamento.

1.º Terão pensão vitalicia:

1.º De metade do pret do posto e arma em que servirem no acto do ferimento, os que estiverem no caso do n.º 1.º do supranreferido §.

2.º Dos dois terços, os que estiverem nos casos dos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do mesmo §, e contarem menos de 15 annos de serviço, e do pret por inteiro quando contarem mais de 15 annos.

2.º Serão immediatamente admittidos ao asylo militar de Runa, achando-se nas circumstancias do respectivo regulamento, ou perceberão soldo dobrado, como voluntariamente escolherem, todas as praças de pret que estiverem nos casos dos n.ºs 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do citado § unico.

Art. 16.º Os capitães que completarem 10 annos de serviço activo, e sem nota alguma n'este posto, serão classificados capitães de 1.ª classe, nos termos do decreto de 4 de janeiro de 1837, e perceberão um augmento de soldo de 25 por cento em quanto permanecerem em serviço activo no mesmo posto, e os coroneis em iguaes circumstancias perceberão o mesmo augmento de 25 por cento do seu soldo.

Art. 17.º Todas as praças de pret que completarem o tempo de serviço a que forem obrigadas pela lei do recrutamento, e continuarem ainda a servir

por lhes não serem conferidas as suas encusas, perceberão 10 réis diarios de gratificação desde o dia em que lhes pertencer a encusa até terem baixa, quando em todo o tempo de praça não tenham nota alguma no livro-mestre, e não hajam soffrido castigos corporaes, nem tenham tido mais de um mez de prisão seguido, ou interpolado.

§ unico. Qualquer sentença de conselho de guerra, ou castigo corporal, fará perder o direito á gratificação de que trata este artigo.

Art. 18.º As praças de pret que voluntariamente quizerem continuar no serviço depois de terem completado aquelle tempo a que eram obrigadas pela lei do recrutamento, contando 10 annos de serviço desde o assentamento da praça, perceberão 20 réis diarios de gratificação quando não tenham nota alguma no livro-mestre, não hajam soffrido castigo corporal, nem tenham tido mais de dois mezes de prisão, com o distinctivo que actualmente usam.

§ unico. Qualquer sentença do conselho de guerra, ou castigo corporal, fará perder o direito a esta gratificação.

Art. 19.º As viúvas dos officiaes que morrerem em acção de guerra, ou por consequencia immediata de ferimento recebido em combate, perceberão, alem do monte pio a que tiverem direito, uma pensão pecuniaria em quanto não passarem a segundas nupcias, igual ao soldo a que tiverem direito os seus fallecidos maridos, se no dia em que morreram tivessem sido reformados.

§ unico. Não sendo casados os officiaes que morrerem na guerra, ficam com direito á pensão, que por este artigo é concedido ás viúvas, as filhas solteiras e os filhos menores de 15 annos, repartidamente entre todos. Na falta de viúvas, filhas e filhos menores de 15 annos, ou netos da mesma idade, as mães dos fallecidos; faltando viúvas, filhas, filhos menores de 15 annos e mães, as irmãs solteiras, repartidamente entre todas: bem entendido que a respeito d'estas só se entende no caso de estarem sustentadas pelos filhos ou irmãos fallecidos.

Art. 20.º As disposições do artigo precedente e seu § são applicaveis ás viúvas, filhas solteiras, filhos menores de 15 annos, e netos da mesma idade, mães e irmãs das praças de pret que morrerem em acção, quando os fallecidos tenham mais tempo de serviço do que aquelle determinado pela lei do recrutamento, sendo n'este caso a pensão igual a meio soldo do fallecido, ou ao soldo por inteiro quando contar mais de 20 annos de serviço.

Art. 21.º Os diplomatas das ordens conferidas por esta lei ficarão isentos dos direitos de mercê.

Art. 22.º Na contagem do tempo para a reforma, o serviço de campanha será dobrado, e só serão descontadas as licenças registadas, ou outras quaesquer ausencias dos respectivos corpos ou empregos.

Art. 23.º As disposições contidas n'esta lei, quer na parte respectiva ás reformas, quer nas recompensas, são em tudo extensivas aos officiaes da armada, cirurgiões militares, e empregados civis do exercito e marinha que tiverem graduações militares.

Art. 24.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara, em 1 de março de 1860.—D. Luiz da Camara Leme—F. L. Mousinho de Albuquerque—H. G. da Palma—José Maria da Silveira Menezes.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 6 do corrente, e de Paris até 2.

Dos despachos telegraphicos, transmitidos pelo commandante em chefe do exercito hespanhol de Africa, se deprehe, que, até á data das ultimas noticias, não occorreu novidade alguma no acampamento de Tetuão.

—Os jornaes hespanhoes publicam tambem os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: **Marselha, 4 de março.**—Os estudantes da universidade de Roma pediram a admissão dos seus companheiros que foram expulsos. Como o governo não accedea a esse pedido, tiveram lugar alguns symptomas de desordem, que foram convenientemente reprimidos pelo general francez.

Em Gubbee houve um movimento annexionista.

Diz-se que o summo pontifice está resolvido a fazer concessões ás Legações se estas se submeterem.

Espalhou-se o boato de que sua santidade ordenou ás congregações religiosas da Romania que vendam os seus bens, e empreguem o producto d'elles em papeis de credito do governo pontificio, ou em fundos hespanhoes.

Todos os dias chegam á Toscana desterrados napolitanos e sicilianos. A miseria é grande e o commercio nullo.

O projecto de um reino da Italia central, sob o sceptro do principe Carignan, tem mais acceitação na Toscana do que a annexação ao Piemonte.

Em Constantinopla reina a maior intimidade entre os embaixadores da Russia e da Austria.

Turim, 4—No dia 20 do corrente deve constar o resultado definitivo da votação italiana.

O governo pontificio prohibiu o commercio de transitio entre Ancona e a Romania. Esta prohibição provocou um protesto por parte dos negociantes.

Continuam chegando a Naples e Roma recrutas austriacos.

Nota-se grande agitação nas Marcas: os proprietarios negam-se a pagar as contribuições.

Está-se assignando por grande numero de cidadãos uma manifestação, que será dirigida ás potencias.

Londres, 5—Hoje, segundo diz o *Observer*, Bing propoz uma exposição á rainha, manifestando-lhe o seu reconhecimento pelo tratado com a França, que é uma prova de que sua magestade deseja a felicidade dos seus subditos, em attenção a que o tratado deve dar grande impulso á industria e ao commercio, estreitando as relações entre a Inglaterra e a França. A proposta de que fallamos será apoiada na camara por sir Baines.

Paris, 5—Confirma-se a noticia de que o conde de Cavour respondeu ao governo francez que serão seguidos os conselhos do imperador, na parte relativa ao rei, sem que nunca a sua vontade possa ser imposta ao povo.

Juntamente com lord Elgin irá á China o barão Gros, na qualidade de plenipotenciario francez. Este ultimo será encarregado de concluir um tratado de paz com o imperador da Cochinchina. O barão Gros é o mesmo diplomata que foi encarregado pelo seu governo de estabelecer a linha de demarcação entre a França e a Hespanha, nos Pyreneus.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Londres, 6 de março—A representação que deve ser dirigida á rainha, felicitando-a pela conclusão de um tratado de commercio com a França, só será discutida no dia 9 do corrente.

Teve lugar uma acalorada discussão acerca da annexação da Saboya. Kinglelake, Roebuck e Fitzgerald, reprovam que o governo vote o tratado, porque, procedendo de outro modo, far-se-ia crer que a politica da Inglaterra é identica á da França; e por isso se oppõem a que a discussão do tratado de commercio tenha lugar antes da discussão solemne da questão da Saboya.

Lord John Russell disse que era para sentir, que discussões ociosas e aggressivas, diariamente renovadas, introduzissem a desconfiança entre a França e a Inglaterra, e que a opposição procederia com mais acerto se formulasse uma resolução definitiva, porque então o governo responderia, que o imperador dos francezes declarou que, antes de adoptar uma decisão qualquer na questão da Saboya, consultaria as potencias.

«Não sabemos, acrescentou o ministro, que potencias serão consultadas. Com excepção da Inglaterra, a Europa ainda não fallou contra a annexação; temos, porém, a convicção de que, se a opinião de Vienna, Berlin e S. Petersburgo, for contraria á annexação, o imperador não insistirá em dar esse passo.

Turim, 5—O conde de Cavour dirigiu ás potencias uma nova nota relativa á circular do governador de Mantua, que, como se sabe, mandou prender as pessoas suspeitas de favorecerem a emigração dos venezianos.

BELGICA

Os jornaes belgas acabam de publicar um documento de summa importancia: é um discurso pronunciado no senado belga pelo duque de Brabant, na discussão do orçamento dos negocios estrangeiros. Pôde até dizer-se que esse documento é mais um manifesto economico, do que um discurso; por quanto, na realidade, a questão da abertura de novos mercados, que elle suscita, é a questão do trabalho, da produção, da criação de capitales.

O principio começou por fazer uma exposição relativa ao grande desenvolvimento que a exportação belga tem assumido. A Inglaterra conta um augmento de 127 % no periodo de 1840 a 1860; o augmento na exportação dos productos nacionaes francezes no mesmo periodo é representado pela cifra de 156 %; em quanto que o augmento da exportação chegou, na Belgica, a 204 %.

Todos se lembrarão de que, ultimamente, alguns jornaes fallaram de uma participação possivel da Belgica na guerra da China, e, por uma coincidência singular, é para essas regiões que o duque de Brabant pretende chamar a attenção dos produtores belgas. O nobre orador mostra, terminando, a importancia que dão á Inglaterra as suas immensas colonias, e conclue indicando como uma medida de summa utilidade para a industria belga a criação de diferentes estabelecimentos, como feitorias, etc. etc.

Como se vê, o duque de Brabant suscitou no senado belga uma questão puramente economica e social. Desde a grande crise monetaria d'estes ultimos tempos, sobre tudo, a questão da abertura de novos mercados tem tomado um logar importante nas preocupações publicas, e o movimento das idéas, que de dia para dia mais se inclina para a liberdade das permutações, tende a tornar esse logar ainda mais importante.

A produção não tem limites; ella se regula segundo as necessidades do consumo; porém nas condições actuaes, quer dizer, com os innumeros obstaculos, que por toda a parte encontra o movimento commercial, o equilibrio entre a produção e o consumo estabelece-se com grande difficuldade, provocando até muitas vezes crises fataes. A produção não deve pois ser diminuida, mas sim desenvolvido o consumo, abrimo-se novos mercados.

Porém não é só debaixo d'este ponto de vista geral que o discurso do duque de Brabant tem um grande alcance, é principalmente debaixo do ponto de vista da propria Belgica, que as suas palavras assumem toda a importancia.

A Belgica é victima de duas chagas devoradoras: a pobreza e a emigração; duas chagas que na verdade têm cicatrizado mais desde que o governo de Leopoldo deu maior desenvolvimento á industria nacional, mas que conservam ainda um caracter de gravidade excepcional.

O discurso do duque de Brabant indica o remedio para essa chaga da emigração, que é consequencia da pobreza,

tos, têm direito a tomar parte na eleição dos seus representantes.

(La Presse.)

Sr. DIRECTOR.—Rogo-lhe o obsequio de admitir nas columnas do *Diário de Lisboa*, a publicação do documento que junto a esta se acha. De v. s. a. attento venerador.—Antonio Maria Barreiros Arrobas.

José Maria Cardoso Castello Branco, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, secretario do supremo tribunal de justiça por Sua Magestade El-Rei que Deus guarde, etc. etc.

Certifico que nos autos de syndicança do ex-governador geral da provincia de Cabo Verde, o conselheiro Antonio Maria Barreiros Arrobas, de fl. 136 a fl. 142, se acha a resposta do procurador geral da coroa do teor seguinte:

RESPOSTA DO PROCURADOR GERAL DA COROA
DE FOLHAS 136 A FOLHAS 142

N'este colossal processo de syndicança do conselheiro Antonio Maria Barreiros Arrobas, na qualidade de governador geral que foi da provincia de Cabo Verde, desde 3 de dezembro de 1854, em que tomou posse d'esse elevado cargo, até 28 de março de 1858, em que passou a ser substituído pelo seu successor, o conselheiro Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes (documento a fl. 6) processo que, apesar da sua descommunal grandeza, eu examinei com a maior attenção e vagar, como era do meu dever, se em verdade não podem dizer-se *ad unquam* observadas todas as prescripções do decreto de 27 de dezembro de 1852, também não podem dizer-se preteridas formalidades algumas substanciaes, que por insuportáveis e insanáveis viciem, e infirmem no todo, ou em parte, de modo que se torne indispensavel a sua devolução ao juiz a quo para ser de novo organiado, nos termos dos artigos 7.º e 8.º do sobredito decreto. Notar-se-ha, como eu notei, que se não cumpriu estritamente o disposto no artigo 21.º do mesmo decreto, porque mandando este que o successor do syndicante, logo que tome posse do seu cargo, o participe ao juiz de direito da provincia visinha, cuja comarca for mais proxima da sede da residencia do mesmo syndicante, v. se pelo officio a fl. 5 que o successor do syndicante, de que se trata, tendo tomado posse em 28 de março de 1858, como fica dito, só em 8 de julho subsequente é que o participou ao juiz de direito de S. Thomé e Príncipe, sem se declarar o motivo d'essa demora. Notar-se-ha mais que o mencionado juiz, segundo se depreende do officio a fl. 3, só ao cabo de perto de onze mezes é que se apresentou na cidade da Praia, em 30 de maio de 1859, para dar principio á syndicança do ex-governador Arrobas; quando o indicado artigo manda, que o juiz de direito competente da provincia visinha, em recebendo aquella participação officia, vá proceder á syndicança pela primeira embarcação que partir para a provincia, onde ella se ha de tirar, sob pena de suspensão por um até tres annos.

Nenhuma d'estas irregularidades porém é de natureza tal, que induza nullidade no processo, mas uma vez que o juiz syndicante não curou de justificar de maneira alguma o que lhe respeitava, não pôde, a meu ver, o tribunal subtrair-se á rigorosa necessidade de lhe applicar a comminação legal do citado artigo pelo tempo que entender rasavel, ficando-lhe salvo o recurso competente marcado no artigo 35.º e 4.º da carta de fl. 16 de junho de 1855.

Notar-se-ha tambem, que nem a inquirição sumaria que decorre de fl. 25 a 91 verso, nem o processo preparatorio da syndicança desde fl. 1 a 134 verso, se concluíram dentro dos precisos prazos, marcados no artigo 2.º §§ 6.º e 13.º do invocado decreto.

Essas transgressões contudo não invalidam o processo, segundo a expressa disposição do citado § 13.º *in fine*; e, demais d'isso, ellas se mostram completamente justificadas em presença dos termos dos autos, os quaes provam a absoluta e invencivel necessidade de se transpor aquellos prazos fataes, e excluem toda a idea de culpa, negligencia, ou omissão da parte do juiz syndicante, ou de outro algum empregado judicial, para se lhes poder fazer effectiva a comminação penal, estabelecida nos supra indicados artigos da lei. Notar-se-ha ainda a divergencia dos nomes das testemunhas quarta, sexta e oitava do summario, comparados com os que se acham escriptos na lista a fl. 18, e auto nº segundo sorteamento a fl. 19; mas como essa divergencia consiste apenas no acrescentamento, ou troca de algum agnome, ou cognome, e não se offerece outra qualquer razão que torne duvidosa a identidade das pessoas alistadas e sorteadas, parece-me que pouca ou nenhuma consideração merece semelhante accidente. Notar-se-ha em fim alguns outros defeitos, ou irregularidades que por acaso escapassem á minha fiscalisação; na hypothese porém d'este processo, estou que nem essas nem as que acima ficam apontadas deverão obstar a que o tribunal julgue do merecimento da syndicança pela verdade sabida e demonstrada dos autos, supprindo primeiro todos e quaisquer erros que n'elles possa encontrar, pela auctoridade do artigo 701.º § 3.º da reforma judicial, e da ordenação do liv. 1.º tit. 5.º § 12.º a que se reporta o artigo 7.º do predito decreto de 27 de dezembro de 1852.

Até aqui pelo que toca á ordem e regularidade do processo principal da syndicança. Do processo crime appenso logo me occuparei.

Entrando agora na apreciação do merecimento intrinseco dos autos, eu não descubro no depoimento unisono, e insuportavel das vinte testemunhas inqueridas, tiradas conforme a lei á sorte de entre os trinta maiores, e trinta menores contribuintes do concelho da cidade da Praia, a principal do archipelago de Cabo Verde, onde o syndicante governou, a mais leve arguição contra o seu comportamento, em relação aos diferentes capitulos a que foram inqueridas, consignados no artigo 2.º § 4.º do supra indicado decreto: pelo contrario vejo que essas testemunhas; quando se não limitaram a responder que nada sabiam em desabono do syndicante, passaram a tecer-lhe os maiores elogios, exaltando-o a ponto de dizerem que na sua opinião, fora elle o melhor governador que haviam conhecido n'aquella provincia. Em reforço de tão encomiasticos, quanto honrosos testemunhos, em deparar com as energicas representações, de fl. 72 a 79, em que um avultado numero de proprietarios, negociantes e outras pessoas respeitaveis das ilhas do Fogo, de S. Thiago e Brava, d'aquella archipelago, veiu espontaneamente manifestar ao juiz syndicante, por occasião da diligencia a que estava procedendo, os ingenuos sentimentos de respeito e gratidão de que estavam animados para com o ex-governador Arrobas, não só os signatarios das alludias representações, senão tambem a generalidade dos habitantes das ditas ilhas (com excepção somente de alguns inimigos reprobos d'elle) pelos remarcaveis beneficios, que ainda nas mais apertadas crises de epidemia e fome, haviam recebido da sua grande intelligencia e incansavel sollicitude, a par da sua reconhecida honra, probidade e rectidão.

Encontro alem d'isso entre os numerosos documentos pelo syndicante offerecidos, pela permissão que lhe concede o artigo 4.º § 3.º do mencionado decreto, portarias do governo, louvando-o por seus actos e governos (documentos impressos n.ºs 71, 72, 86 e outros). Requerimentos das camaras dos diversos concelhos da provincia de Cabo Verde, pedindo instantemente a Sua Magestade a sua recon-

dução (documentos impressos n.ºs 75, 76, 86 a 91, e 94), ao mesmo tempo que o syndicante instava pela sua exoneração (documento n.º 91); varios officios e allocuções das mesmas camaras, a testemunhar-lhe a sua eterna gratidão pelos actos do seu governo em geral, e com especialidade pelo heroico zelo, coragem, actividade e acertadas providencias com que acudiu aos povos da provincia, nas calamitosas epochas em que lutaram com o cholera morbus e a fome (documentos n.ºs 66, 82, 83, 95, e de 96 a 103). Vejo em fim que o syndicante, foi por tão relevantes servicos, galardoado com previa licença de Sua Magestade pela camara municipal da ilha do Fogo, com uma honrosa insignia em demonstração do reconhecimento, veneração e affecto que os moradores d'aquella municipio lhe consagravam (documento n.º 104). Mas em contraposição a tudo isto eu encontro igualmente a fl. 32 uma accusação tremenda contra o syndicante, feita por Francisco Alberto de Azevedo, e no processo appenso uma querella tambem contra elle dada no juizo ordinario da ilha de S. Vicente, pelo respectivo parochio, o padre Sebastião Luiz Monteiro. N'aquella accusação attribue o seu auctor ao syndicante dos gravissimos crimes de contrabando, delapidação, peculato, falsificação e abuso de poder, demonstrados por diversos factos que especifica, para verificação de uns, se remette a documentos que indicia como existentes nas repartições publicas da provincia; e para prova de outros invoca o testemunho de vinte individuos que nomeia, pertencentes ás classes de proprietarios, negociantes, e empregados publicos da mesma provincia: os documentos, a que o accusador se remetteu, juntaram-se ao processo, a instancias do ministerio publico, e são os que decorrem de fl. 94 em diante: as testemunhas não foram inquiridas, porque segundo os §§ 9.º, 10.º e 11.º do artigo 2.º do decreto supra, só o poderiam ser, se o ministerio publico ou a parte accusadora tivessem querellado, o que nenhum d'elles fez. Examinando eu porém com a circumspecção devida esses documentos requisitados pelo ministerio publico, e combinando-os com a grande multiplicitade dos que o syndicante apresentou n'este respeitavel tribunal, antes do processo me ser continuado, precedidos da sua minuciosa analyse, feita por mão de mestre, resultou-me de todos elles a intima convicção, de que a accusação dirigida contra o syndicante, pelo major Francisco Alberto de Azevedo, sem a menor apparencia de recio da acerba pena fulminada no artigo 25.º do citado decreto, á qual se sujeitou no caso de ser convencido de falsario, pelo termo de juramento de calunnia, a fl. 43, é absolutamente improcedente; porque os diversos capitulos que a constituem, ou não são veridicos, ou não tem por lei a qualificação de criminosos, ou são estranhos á responsabilidade do accusado. Absteinham-se de entrar n'essa especificada demonstração, porque esse trabalho pertence a defeza, e o tribunal não sabio e justo, como circumspecto, achallha completamente excentado na larga analyse ou exposição, a que acima me refiro, elaborada pelo douto patrono do syndicante. No processo da querella que vem por appenso aos autos, acha-se pronunciado o ex-governador Arrobas, a instancias do mencionado padre Sebastião, e do respectivo agente do ministerio publico, por um facto individual, a que se deu a classificação de crime de abuso do poder, previsto no artigo 291.º e § 8.º do codigo penal. Attendendo todavia á manifesta nullidade em que semelhante processo labora, pela absoluta incompetencia do juizo em que elle foi organiado vista a disposição do artigo 2.º §§ 7.º e 11.º do referido decreto; e attendendo por outro lado a que o facto de prisão, de que a parte querelosa se queixa, se não realisou, nem quando se tivesse realisado, elle importava o crime de abuso de poder, previsto no invocado artigo e § 8.º do codigo penal, como se patenteia pelos documentos offerecidos pelo syndicante de n.ºs 135 a 140; parece-me que obra nenhuma se pôde fazer por tal processo, assim como que nenhuma attenção merece a accusação que n'elle se contém.

Por tanto, conformando-me inteiramente com a opinião do representante do ministerio publico ante o juizo preparatorio da syndicança, emitida a fl. 91 v., me abstenho tambem de querellar contra o syndicante, o conselheiro Antonio Maria Barreiros Arrobas, por não encontrar nos autos prova de facto algum criminoso, que manche a sua conducta na qualidade de governador geral da provincia de Cabo Verde, limitando-me somente a requerer, como requerio: 1.º, que para maior legalidade seja assignado o termo de distribuição a fl. 135, pelos dignissimos conselheiros, que estiveram presentes a esse acto, em observancia da disposição do artigo 23.º, combinado com o 3.º do citado decreto de 27 de dezembro de 1852; 2.º, que ao juiz syndicante se imponha a pena legal comminada no artigo 23.º do mesmo decreto, pela supra notada transgressão da ultima parte da disposição d'esse artigo.

Procuradoria geral da coroa, 31 de janeiro de 1860.—O conselheiro procurador geral da coroa, *Guimarães*.

Era o que se continha na dita resposta do procurador geral da coroa: outro sim certifico; que a fl. 143, se acha o accordo seguinte:

ACORDÃO P. 143

Acordam os do conselho no supremo tribunal de justiça. Que não havendo nullidade no processo nem querella na forma do decreto de 27 de dezembro de 1852, não ha lugar a procedimento algum. E deferem á primeira parte do requerimento do ministerio publico.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—V. de Portocarrero—Mello e Carvalho—Ferreira—Grade—Sequeira Pinto.—Fui presente, *Sousa*.

E nada mais contem os ditos documentos que se acham ás folhas supra mencionadas dos referidos autos a que me reporto, com o teor do que se passou a presente certidão em virtude do despacho proferido na petição que a precede, a qual va por mim conferida e concertada com outro empregado d'esta secretaria do supremo tribunal de justiça, 5 de março de 1860.—José Maria Cardoso Castello Branco, conferida comigo, Antonio Joaquim da Costa Lami.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. JOAQUIM DE ALMEIDA

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	750,89	5,9	45,7
3 t.	749,35	12,9	31,2

DIA 8.

Maxima—temperatura.....	15,4 C.
Minima.....	8,3 "
Ozono (de noite).....	7,5 "
(de dia).....	8,5 "
Chuva (volumetro).....	0,0 Mil
Evaporação (vaporimetro).....	2,1 "
Altura barometrica observada.....	750,89
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 9 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Leggett, de Londres em 5 dias, com fazendas a F. P. Bastos; 24 pessoas de tripulação e 3 passageiros. Entrou hontem ás 7 horas e tres quartos da noite.

Rebecca, vapor inglez, capitão T. Buttler, de Glasgow em 6 dias e meio, com ferro e mais generos a Buzaglio & Irmãos; 14 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas e meia da noite.

Seixas 1.º, patacho portuguez, capitão M. J. Gonçalves, de Caminha em 3 dias, com taboado ao mesmo capitão; 10 pessoas de tripulação. Destina-se para Malaga, e vem arribado com agoa aberta, e avaria no panno.

Agoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, da ilha do Faial em 292 horas, da Terceira em 207 e meia, e de S. Miguel em 134 e meia, com cereaes e encomendas á companhia união mercantil; 41 pessoas de tripulação, 24 passageiros e 5 malas.

Joven Margarida, bateira, mestre J. M. Coelho, de Setubal em 24 horas, com vinho e cereaes; 6 pessoas de tripulação.

Novo Destino, bateira, mestre J. Rrandão, de Setubal em 24 horas, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Estrella do Sado, hiate portuguez, mestre M. Antonio, de Setubal em 24 horas, com carvão, vinho e arroz; 6 pessoas de tripulação.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Nantes em 3 dias e meio, e de Vigo em 24 horas; com varias fazendas a H. Juhel 29 pessoas de tripulação, 1 mala e 15 passageiros.

Refuge, paquete inglez, capitão W. Blumer, de Sunderland em 23 dias, com carvão a H. Juhel; 8 pessoas de tripulação.

Concordia, brigue norueguez, capitão P. Anderson, de Constantinopla em 33 dias, e de Gibraltar em 3, com trigo a ordens; 11 pessoas de tripulação.

Favorita, rasca, mestre M. C. Freire, de Vianna em 2 dias, com milho e encomendas, 8 pessoas de tripulação e 9 passageiros que são: José Joaquim Gomes, com um menor, pedreiro, portuguezes; Bartholomeu Alonso Beçada, Manuel Alonso Beçada, José Alonso Beçada, João Alonso, Fernando Alonso, José Gonçalves, serventes; Manuel Lopes, lavrador, hespanhoes.

N'este dia não saiu embarcação alguma.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 9 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 9 DE MARÇO DE 1860

Serviço das Barras

Da foz do Douro, do dia 8

Entrou o paquete portuguez S. Manuel 1.º, de Pernambuco, por Vigo, em 60 dias.

Saídas—Portuguezes, galera *Cidade do Porto*, e barca *Feliz*, ambas para o Rio de Janeiro.—Hiate *Santa Cruz de Fio*, para o Havre de Grace.

Fôra da barra ficam quatro hiates portuguezes. O mar está bom.—O vento esteve E. forte, agora regular.

De Villa do Conde, do dia 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vente N.—Mar bom.

Do dia 7

Não entrou embarcação alguma.

Saio o hiate *Alliança*, para Setubal.

Mar bom.—Vento N.

De Caminha, do dia 8

Entrou o hiate *Valença do Minho*, vindo de Malaga.

Saio o hiate *Protegido*, para Malaga.

Mar bom.—Vento NE.

Da Figueira, do dia 8

Entradas—Portuguezes, hiate S. João Baptista; rasca *Conceição Subtil*, ambos de Vianna, com milho.—Bateira *Adelaide*, de Lisboa, com varios generos.—Cahique *Conceição de Maria*, de Cezimbra, com pescaria.

Saídas—Portuguezes, hiate *Improvisio*, para o Porto, com pedra; rasca *Conceição Feliz*, para Vianna, com sal.—Escuna dinamarcheza *Oscar*, para Bergen, com sal e cortica.

Fôra da barra ficam tres embarcações fundeadas. Mar bom.—Vento ENE. forte.

Da Ericeira, do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar bom.—Vento ESE.

De Tavora, do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do Setubal, do dia 8

Entradas—Barca prussiana *Tallegraff*, de Lisboa, em lastro.—Patacho belga, *Vigilante*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Hiates portuguezes *Estrella do Sado*, para Lisboa, com varios generos; *Liberdade*, para Faro, com palha e arroz; *União de Alcaer*, para Lisboa, com trigo e arroz; *Feliz Pensamento*, para Lisboa, com madeira.—Escuna sueca *Hoppet*, para Elsenaur, com sal.—Brigue sueco *Confidência*, para Wesleyen, com sal.—Portuguezas, rasca *Anunciação*, para o Porto, com sal; canoa *Vencedora*, para Lisboa, com arroz e vinho.—Bateiras *Joven Margarida*, para Lisboa, com vinho e trigo; *Novo Destino*, para Lisboa.

O vento esteve SE, bonançoso, atmospheria turva, e chuva successiva.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 8

Entrou o brigue inglez *Cistus*, de Gibraltar em 2 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Foi pilotada uma escuna na proximidade da barra, e em consequencia do tempo, não navegou.—O mar está agitado, atmospheria carregada.—Vento SE.—A maré no rio cresceu fóra dos limites.

De Villa Nova de Portimão, do dia 7

Entradas—Cahique portuguez *Senhora da Soledade*, de Olhão em 1 dia, com alfarroba; vem arribado por causa do tempo.—Hiate portuguez *Divina Providencia*, de Almeria em 6 dias, com chumbo; vem arribado por causa do tempo.

Não saiu embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—Vento SSE, bonançoso, atmospheria nevoada.

Do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está agitado.—Vento SE, fresco tempestuoso.

De Lagos, do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SE, fresco.—Mar agitado.

Do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SE, fresco.—Mar agitado.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 9 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 9 de março.—Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, 9 de março.—3 1/2 francez a 67,65

—4 1/2 dito a 94,35.

Bolsa de Londres, 9 de março.—Consolidados de 94 1/8 a 94 1/4.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr.—Participo a v. s.ª que a 8 do corrente mez, pela uma hora da tarde, foi levado aviso á casa de estação da bomba n.º 6, de que havia fogo na loja com o n.º 42, na rua de cima do Socorro, proveniente de haver, por descuido, pegado lume a uma porção de palha. Os socorros foram promptos, e o incendio não progrediu.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 8 de março de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Luiz Pereira de Carvalho.

AVISOS

LAZARETO DE LISBOA

Achando-se n'este lazareto tres pacotes, que parecem conter livros, com direcção ao ill.º sr. João Henrique Ulrich, na rua do Collegio dos Nobres, n.º 20, 1.º andar, vindos o primeiro no vapor inglez *Avon*, procedente do Brasil, e entrado em 31 de julho do anno findo, e os dois ultimos no vapor inglez *Onida*, do Brasil em 1.º do corrente, faço este annuncio, a fim de que o individuo a quem vem dirigidas venha ou mande pessoa competente autorisada, para que, assistindo á abertura e expurgação dos mesmos, os possa receber por via da alfandega. Lazareto de Lisboa, 7 de março de 1860.—O inspector, Victorino Cardoso Pinto de Barros.

ASSOCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA CONSOLADORA DOS AFFLICITOS

Tendo a ex.ª sr.ª condessa de Penafiel feito á associação de Nossa Senhora Consoladora dos Afflicto o generoso donativo de 500\$000 réis, a direcção da associação convida todas as socias a irem assistir a uma missa que se ha de celebrar na capella dos terceiros, ao Carmo, no dia 14 do corrente mez de março, ás onze horas da manhã, por alma do ex.º fallecido conde de Penafiel.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

Previenem-se os mutuatrios dos penhores com os n.ºs 1, 3, 9, 10, 16, 20, 34, 48, 53, 70, 72, 80, 89, 90, 95, 103, 108, 111, 130, 147, 167, 171, 185, 190, 195, 201, 209, 217, 222, 225, 241, 246, 247, 255, 257, 272 e 273, para que venham satisfazer, até ao dia 30 de abril proximo, os juros em divida, sob pena dos mesmos serem vendidos em leilão.

Escritorio da associação, 6 de março de 1860.—O vogal secretario, Antonio Augusto de Oliveira.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 10 do corrente, pelas sete horas e meia da noite, para proceder á eleição de alguns cargos que faltam para completar o conselho fiscal e direcção, e tratar de outros objectos que se acham pendentes de outras sessões.

Lisboa e sala da associação, aos 5 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembléa geral a reunir segunda-feira 12 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, na sala do centro promotor: 1.ª parte da ordem da noite, continuação de trabalhos pendentes: 2.ª parte, continuação da palestra sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

Saio á luz o 4.º tomo dos Ensaes Estatísticos sobre as provincias ultramarinas, publicado, por ordem do governo de Sua Magestade, por Francisco Maria Bordoal, 1.º tenente da armada.

Acha-se á venda na loja de Lavado, na rua Augusta.

JORNAL DA SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Publicou-se o n.º 2, respectivo ao mez de fevereiro de 1860.

SUMARIO

Ophthalmologia—Lições praticas feitas na clinica cirurgica da escola medico-cirurgica de Lisboa, por o sr. J. Theotônio da Silva.—Glossosomatite, de envoltura em sequencia á administração de umas pilulas purgantes com calomelanos, por o sr. F. Alberto de Oliveira.—Anesthesia electrica, por o sr. L. da Silva Carreira.—Das modificações que as alterações dos centros nervosos imprimem aos movimentos voluntarios, por A. Gomes do Valle.—Hyperphasia normal do coração durante a prenhez, por o sr. dr. A. Marques.—Consulta do dr. F. C. Faye, professor na universidade da Noruega.—Actos officinaes da sociedade.—Projecto de estatutos para a organização de uma caixa de socorros destinados aos facultativos.—Variedades.—Expediente.

Assigna-se e vende-se na secretaria da sociedade, largo dos Torneiros, n.º 2, 2.º andar.

COMPENDIO

GRAMMATICA PORTUGUEZA

PARA USO DAS ESCOLAS

FOR

D. JOSÉ MARIA ALMEIDA E ARAÚJO CORREIA DE LACERDA

Do conselho de Sua Magestade

Deão da sé patriarchal de Lisboa

Vogal extraordinario do conselho geral de instrucção publica

Reitor do lyceu nacional de Lisboa

Deputado ás cortes da nação portugueza

Socio effectivo da academia real das sciencias de Lisboa etc. etc. etc.

1 volume 160 réis.

Aos directores de casas de educação, ou outras quaesquer pessoas, que quizerem porção de exemplares d'esta grammatica (pagando a importancia no acto da requisição) se abonará de commissão 10%; comprando 50 exemplares, e 25 em cada 100; devendo dirigir-se para este fim ao escritorio do editor, Francisco Arthur da Silva, rua dos Douroadores n.º 178, 2.º andar, esquina do largo de Santa Justa.

ANNUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO DA CIDADE D'ELVAS correm editos de trinta dias, desde o dia 1.º do corrente mez, a requerimento de Pedro José Reinart, para que se julgue livre um olival, que compron pelo preço de 250\$100 réis, no sitio da ermida de Santo Amaro, freguezia de Alagova, foreiro em um meio alqueires de azeite, como directo senhorio, a Joaquim Francisco da Costa, e um e meio á santa casa da miseric